

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

André Porto Jaques

**REDUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL:
O CASO DA EEEF ONOFRE PIRES EM PORTO ALEGRE – RS**

Sobradinho, RS
2018

André Porto Jaques

**REDUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O CASO DA EEEF
ONOFRE PIRES EM PORTO ALEGRE – RS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EAD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Daniele Rorato Sagrillo

Sobradinho, RS
2018

André Porto Jaques

**REDUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O CASO DA EEEF
ONOFRE PIRES EM PORTO ALEGRE – RS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovado em 30 de novembro de 2018:

**Daniele Rorato Sagrillo, Dra. (UFSM)
(Presidente/ Orientador)**

Viviane Ache Cancian, Dra. (UFSM)

Bruna Dalcin Gattiboni, Ms. (UFSM)

Sobradinho, RS
2018

RESUMO

REDUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O CASO DA EEEF ONOFRE PIRES EM PORTO ALEGRE – RS.

AUTOR: André Porto Jaques
ORIENTADORA: Daniele Rorato Sagrillo

Este trabalho analisa as prováveis causas para a redução do número de alunos matriculados em uma unidade de ensino localizada na zona leste de Porto Alegre – RS. Se parte da hipótese inicial de que o fato está associado, principalmente, à mudança de endereço da referida escola, em razão da construção de uma empresa pública no local, somado a indisponibilidade de oferta de transporte público a porta das novas instalações. Justificamos o estudo pela necessidade de identificar precisamente os motivos que resultam no agravamento deste fato, usado pelo Órgão Gestor, como justificativa para a proibição de novas matrículas nesta unidade de ensino no corrente ano. Metodologicamente consiste em uma pesquisa de métodos mistos, pois utilizamos questionários e entrevistas como instrumentos de coleta de dados. Obtivemos cinquenta participantes do segmento alunos e cinco de professores. Evidenciamos que a maioria dos alunos necessitam de transporte público para se deslocar até a referida escola, pois os mesmos residem em bairros vizinhos. Outros fatores contribuem para a redução do número de matrículas e transferência de alunos, como a pouquíssima utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), problemas de infraestrutura para as aulas de Educação Física e prática esportiva, bem como a localização da escola, associada a problemas na via que dá acesso à mesma. Por fim, identificamos certo enfraquecimento na atuação da gestão escolar para atuar nas questões abordadas por este estudo, grande parte em razão da baixa participação da comunidade escolar junto a unidade de ensino.

Palavras-chave: Gestão Escolar. Políticas Públicas. Matrículas.

ABSTRACT

REDUCTION OF ENROLLMENT IN FUNDAMENTAL EDUCATION: THE CASE OF EEEF ONOFRE PIRES IN PORTO ALEGRE - RS.

AUTHOR: André Porto Jaques
ADVISOR: Daniele Rorato Sagrillo

This paper analyzes the probable causes for the reduction of the number of students enrolled in a teaching unit located in the eastern zone of Porto Alegre - RS. It is based on the initial hypothesis that the fact would be associated, mainly, to the change of address of the mentioned school, due to the construction of a public company in the place, added to the unavailability of public transportation offer at the new facilities door. The study justifies the need to identify precisely the reasons that led to the worsening of this fact, used by the Management Body, as the justification for the prohibition of new enrollments in this education unit this year. Methodologically it consists of a research of mixed methods, that used questionnaires and interviews as tools of data collection. Fifty students and five teachers participated, in a universe of approximately four hundred people. It was evidenced that the majority of the students needs public transportation to move to the said school, since they live in neighboring districts. Other factors contributed to the reduction of enrollment and transfer of students, such as the very low use of Information and Communication Technologies (ICTs), infrastructure problems for Physical Education classes and sports practices, as well as the location of the school, associated to problems in the way that gives access to it. Finally, the study identified a certain weakening in the performance of school management to act in the issues addressed by this study, largely due to the low participation of the school community in the teaching unit.

Key words: School Management. Public policy. Enrollment.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR.....	11
2.1 Da administração para a gestão da educação	12
2.2 A Gestão Escolar	14
2.3 A Gestão Escolar Democrática.....	15
3 O CONTEXTO ESCOLA E EMPRESA	18
4 METODOLOGIA	21
4. 1 O processo de aplicação do questionário aos alunos.....	22
4. 2 Pesquisa com Docentes.....	24
4. 3 Pesquisa de dados históricos.....	26
5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS.....	27
5.1 Sobre os dados do censo escolar INEP.....	27
5.2 Os resultados do questionário aplicado aos alunos.....	29
5.2.1 Localização e quantidade.....	29
5.2.2 Os alunos avaliam a escola.....	31
5.2.2.1 Infraestrutura Predial	32
5.2.2.2 Informática	34
5.2.2.3 Material Esportivo	36
5.2.2.4 Segurança na Escola	38
5.2.2.5 Alimentação Escolar.....	40
5.2.2.6 A convivência com os professores, funcionário, colegas e os conteúdos	43
5.2.2.7 Localização e acesso.....	46
5.2.3 Síntese geral dos resultados	48
6 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS DOCENTES	52
6. 1 Percepção sobre o sentimento da comunidade em relação à escola	52
6. 2 A redução do número de alunos e o futuro da escola	54
6. 3 Ações e mobilizações.....	55
7 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA ESCOLA.....	57
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	60

9 BIBLIOGRAFIA.....	63
ANEXOS E APÊNDICES.....	66
Anexo I	66
Apêndice I	68
Apêndice II.....	70
Apêndice III	71

1 INTRODUÇÃO

O estudo da evasão escolar e da redução do número de matrículas nas unidades de ensino são temas que vão muito além das análises estatísticas, uma vez que, apesar das características comuns as instituições, em todos os níveis, possuem peculiaridades próprias. Logo, este trabalho analisa a redução do número de alunos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Onofre Pires, localizada na zona leste da capital gaúcha, mais precisamente no Bairro Lomba do Pinheiro.

Justificamos o referido trabalho pela necessidade de identificar o motivo pelo qual a referida escola, tem diminuído o número de estudantes gradativamente na última década, pois no início do corrente ano letivo, tomamos conhecimento em outras instituições pela chegada de professores transferidos da EEEF Onofre Pires. Esses foram realocados em razão do baixo número de alunos matriculados, indicando em seus relatos que um possível problema, pode ser dificuldade de acesso dos alunos para chegar a ela, em consequência da inexistência de atendimento por transporte coletivo urbano à sua porta.

Desta forma, consideramos relevante a realização deste estudo, pela necessidade de identificarmos mais precisamente os motivos pelos quais a escola em questão, tem observado esse fato se agravar, o que poderá auxiliar a direção, juntamente com a comunidade escolar e o poder público a tomar medidas em prol da manutenção desta unidade de ensino. De tal modo, direcionamos o trabalho para estudar o seguinte problema: como se constitui o iminente¹ processo de fechamento de unidade escolar na rede estadual do Rio Grande do Sul, em especial na EEEF Onofre Pires?

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo estudar os fatores/razões que contribuem para a redução do número de alunos na unidade de ensino em questão. Quanto aos objetivos específicos pretendemos identificar e compreender as formas de atuação da gestão escolar frente a esta redução e analisar a participação da comunidade na gestão da escola em pauta.

Para isto, é desenvolvido uma pesquisa mista (quantitativa e qualitativa):

¹ De acordo com a política atual de governo, esta escola estaria proibida de receber novas matrículas para o primeiro ano do fundamental. Não podemos afirmar que o governo que o substitui em 01/01/2019, manterá tal determinação administrativa.

Os métodos de pesquisa mista são a integração sistemática dos métodos quantitativos e qualitativos em um só estudo, cuja finalidade é obter uma “fotografia mais completa do fenômeno. Eles podem ser unidos de tal forma que a abordagem quantitativa e a qualitativa conservando suas estruturas e procedimentos originais (‘forma pura dos métodos mistos’). Esses métodos também podem ser adaptados, alterados ou sintetizados para realizar a pesquisa e driblar os custos do estudo (‘forma modificada dos métodos mistos’). (CHEN 2006; JOHNSON et al, 2006 apud SAMPIERI, COLLADO, LUCIO, 2013, p. 505).

Ainda de acordo com Gil (2002), realizar um trabalho do tipo Estudo de Caso, que discorre o autor e são amplamente utilizados nas ciências sociais, em razão da dificuldade de distinção entre o fenômeno e seu contexto; tendo este tipo, entre outros, o propósito de explorar situações da vida real cujos limites não são claramente definidos, e também, explicar as variáveis causas de determinados fenômenos em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Um levantamento do histórico envolvendo essa instituição de ensino e possíveis fatos causadores é realizado, bem como aplicação de questionário aos alunos, para compreender o quanto cada um dos fatores presentes no cotidiano da escola, estão influenciando na sua permanência ou na sua possível saída dessa escola, quer seja por abandono ou transferência. Confrontamos os dados obtidos com os divulgados pelos Órgãos Governamentais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (INEP), disponíveis para consulta *online*. Esses dados, são associados aos relatos alcançados por intermédio de entrevistas realizadas com a comunidade escolar, principalmente com professores. Os resultados destas comparações nos permitem não apenas efetuar o contraditório com a hipótese inicialmente levantada, mas também, contemplar outras possibilidades causais envolvidas.

A forma como apresentamos este trabalho, segue a distribuição descrita: primeiramente contextualizamos o envolvimento da escola e da empresa, após descrevemos o processo de realização da pesquisa com os alunos, docentes, funcionários e a comunidade escolar. Na sequência, faremos a comparação entre os dados históricos, como descrito anteriormente e analisamos os resultados com os alunos, sendo esses, avaliados a escola nos quesitos denominados - infraestrutura predial, informática, material esportivo, segurança na escola, alimentação escolar, convívio com os professores, funcionários e colegas, conteúdos,

localização e acesso. Contemplamos então a síntese destes resultados antes de executar as entrevistas com os docentes e seus resultados, bem como uma análise do modelo de gestão, adotada pela direção da escola para se chegar as considerações finais.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E GESTÃO ESCOLAR

No Brasil, quando se fala em política, comumente as pessoas a relacionam a partidarista praticada para as eleições pelos atores sociais, e está relacionada à execução de ações tomadas pelos Órgãos Governamentais em benefício da sociedade. RUA (2009) comenta que esta associação errônea, frequentemente usada pelas pessoas, faz com que estas se tornem descrentes ao assunto, pois via de regra, em nosso país, a política praticada pelos partidos tem sido de natureza nociva à sociedade, confundindo por assim dizer, com governo, ou seja, se relaciona diretamente com as ações governamentais.

Contudo, este é um entendimento bastante impreciso. Ainda que de maneira puramente conceitual, cabe uma distinção. Para fazê-la, recorremos ao uso de algumas palavras da língua inglesa, já que na língua portuguesa uma mesma palavra tem vários significados. O termo “política”, no inglês, *politics*, faz referência às atividades políticas: o uso de procedimentos diversos que expressam relações de poder (ou seja, visam a influenciar o comportamento das pessoas) e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas, (RUA, 2009, p. 18).

Quando nos referimos às Políticas Educacionais, não estamos nos referindo neste trabalho a este tipo de regime primeiramente relacionado acima, mas sim, às medidas adotadas pelo Estado, como esclarece a autora citada, fazendo novamente o uso do artifício da língua inglesa.

Já o termo *policy* é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política. (RUA, 2009, p.19).

Como para ambos os casos utilizamos um único termo na língua portuguesa, que vem a ser política; ao fazer o uso deste artifício com a língua inglesa, podemos esclarecer que essas atividades resultam em políticas públicas (*policies*) como se refere a autora. E assim, do equilíbrio no processo de disputa de interesses de diferentes grupos, que a visam influenciar,

constam várias demandas como saúde, segurança, transporte, educação, ciência e tecnologia etc. Logo, sob a égide do Estado, há uma interação entre as políticas públicas em educação e as demais.

2.1 Da administração para a gestão da educação

Considerar a história brasileira desde o descobrimento, a gestão escolar no nosso país somente pauta os estudos acadêmicos a partir da década de 1930. Ainda conforme Drabach e Mousquer (2009), não significa dizer que a prática da administração escolar está ausente até então. Mas que o descaso dos governantes daquele período, tem gerado um sistema de ensino inexistente para a população e conseqüentemente, desfavorece o desenvolvimento de um corpo teórico em relação à administração educacional. Para estes autores, o surgimento da Escola Nova, influenciada pela corrente americana de John Dewey, fez com que os intelectuais brasileiros exijam maiores critérios científicos e filosóficos na resolução dos problemas de administração escolar. Isto reproduz uma imagem daquela época histórica do país.

[...] Neste momento, o contexto educacional acadêmico encontrava-se imerso nos ideais progressistas de educação, em contraposição à educação tradicional, a qual não mais favorecia os ideais de desenvolvimento do país naquele período, que se voltava para o avanço da industrialização. (DRABACH e MOUSQUER, 2009, p. 260).

Então surgem os primeiros escritos teóricos sobre a temática da Administração Escolar. E neste cenário, os autores citados destacam as produções de Antônio de Arruda Carneiro Leão, José Querino Ribeiro, Manoel Bergström Lourenço Filho e Anísio Spínola Teixeira, por constituírem estes teóricos e as suas obras, um material histórico-bibliográfico, do qual se pode obter a compreensão dos contornos teóricos sobre esse tema.

Conforme Drabach e Mousquer (2009) referindo-se a obra de Antônio de A C Leão, a expansão educativa gerada no início do século XX, gera a necessidade de uma administração modernizada, parametrizada pela administração das companhias e empresas industriais. A prática administrativa escolar deve compreender operações técnicas, financeiras, de

segurança, contábeis e administrativas, propriamente ditas como comando, coordenação etc. Resultados de uma administração hierarquizada de funções com o Diretor no papel central, sendo que em unidades de maior porte, este deve contar com a ajuda de “peritos especializados”. Ao diretor, cabe pensar a política educacional (diretrizes), e aos auxiliares, a prática operacional desta política.

As obras de José Querino Ribeiro, Drabach e Mousquer (2009), expõem que em decorrência do progresso social geral, a escola ganha cada vez mais importância dentre as instituições, com as suas funções sobrecarregadas pela ampliação e importância do que deve ensinar, vindo a necessitar da efetivação de uma administração segura. Tomar como base esta visão, a administração deve atender a uma filosofia de educação (aplicação dos meios educativos disponíveis para estes fins) e também aos pressupostos do movimento pedagógico da Escola Nova: Liberdade, Responsabilidade, Unidade, Economia e Flexibilidade, ou seja, a administração escolar deve levar em consideração as aplicações da administração geral e por sua vez, pode oferecer contribuições próprias a serem utilizadas pelos demais. O teórico chega à conclusão que:

A administração Escolar é o complexo de processos, cientificamente determináveis, que, atendendo a certa filosofia e a certa política de educação, desenvolve-se antes, durante e depois das atividades escolares para garantir-lhes unidade e economia. (RIBEIRO, 1986, p.179 apud DRABACH e MOUSQUER, 2009, p. 266-267).

Dentro deste contexto de produção do ensino no âmbito escolar, correlacionando a educação como um produto, a administração escolar não pode ser pautada pela improvisação. Lourenço Filho (2007, p. 19) referido por Drabach e Mousquer (2009 p. 267) ressalta que “as escolas existem para que produzam algo, em quantidade e qualidade”. No nosso entendimento, de acordo com esta teoria, deve ocorrer um reforço, uma aproximação da administração escolar com a administração empresarial.

Porém, a contraposição a estas ideias veio da obra de Anísio Spínola Teixeira. Esta parte dos mesmos princípios de mudanças na estrutura educacional dos autores anteriores, mas ressaltar que aquilo que antes era destinado às elites minoritárias, agora deve ser estendido a todos, ou seja, todos devem aprender. Logo, o papel do administrador escolar em princípio, deve buscar uma organização que permite chegar à eficiência uniforme na escola. Teixeira (1964, p. 14) citado por Drabach e Mousquer (2009, p. 270) afirma que “somente o

educador ou professor pode fazer administração escolar”. Há um reforço da necessidade da separação entre os dois tipos de administradores.

[...] Em educação, o alvo supremo é o educando a que tudo mais está subordinado; na empresa, o alvo supremo é o produto material, a que tudo mais está subordinado. Nesta, a humanização do trabalho é a correção do processo de trabalho, na educação o processo é absolutamente humano e a correção um certo esforço relativo pela aceitação de condições organizatórias e coletivas aceitáveis. São assim, as duas administrações polarmente opostas. (TEIXEIRA, 1964, p. 15, apud, DRABACH e MOUSQUER, 2009, p. 271).

Então tem também se diferenciado dos autores supracitados, por afirmar que a natureza da administração escolar é de subordinação e não de comando, o que vem na contramão das teorias administrativas utilizadas nas indústrias ao reafirmar um modelo específico de gestão para as escolas.

2.2 A Gestão Escolar

No nosso país temos uma cultura de esperar soluções vindas do governo, ou seja, medidas tomadas de “cima para baixo”, sobre as quais apenas iremos opinar se foram boas, ou ruins. Salles (2010, p. 15) afirma que “[...] no Brasil foi criada uma cultura de valorização do Poder Executivo como aquele que “resolve mesmo”, do qual devemos esperar soluções e há algum tempo, até mesmo a ideia de que um governo autoritário é aquele que tira o País do abismo”. Vimos este pensamento predominar nas eleições de 2018 com a chegada de um militar da reserva a presidência. Na sequência, a autora ressalta que “[...] Essa fragilidade da Democracia e as sequelas da ditadura aumenta os desafios a serem enfrentados no processo de reconstrução institucional, iniciado na década de 1980, durante a redemocratização. ” Considerando os quase 25 anos de regime autoritário, com início no ano de 1964, somados aos 41 anos de República Velha e República dos “Coronéis” (1889-1930) e aos oito anos de Estado Novo, percebemos as razões destas influências que persistem no século XXI, tornando a nossa democracia mais representativa e menos direta do que a etimologia do termo necessita que fosse.

Então vemos surgir à necessidade de uma tendência plenamente social, ou seja, do ato sociológico e democrático da escola pública em prol da manutenção da própria democracia que fora retomada na década de 1980. Drabach e Mousquer (2009, p. 274, grifo nosso) afirmam que:

[...] este reconhecimento da função política da educação frente aos rumos da sociedade, a luta pela democratização do país na década de 1980 retoma a questão da democratização da escola pública, não apenas pelo viés de seu acesso, mas também pela democratização das práticas desenvolvidas em seu interior. Como resultado disso, tem-se a aprovação do princípio de “Gestão Democrática do Ensino Público”, na Constituição Federal de 1988.

Corroborando com esta necessidade de mudança, as ideias de autores como Anísio Spínola Teixeira, trazem críticas a administração escolar de enfoque tecnocrático, em razão do caráter conservador da administração com base na racionalidade capitalista. E de acordo com estes autores, “[...] É deste caráter de essência política e de preocupação com o pedagógico que dão base ao **conceito de gestão escolar**, como forma de diferenciar-se da visão técnica que historicamente permeou o **conceito de administração escolar**”.

Drabach e Mousquer (2009, p. 275) acrescentam que “Apesar de a Constituição de 1988 ter inscrito o termo Gestão Democrática, que foi referendado posteriormente pela LDB de 1996, podemos notar nos escritos atuais sobre gestão escolar, que o vocábulo administração continua sendo usado, porém na maioria das vezes, com sentido diferenciado daquele historicamente utilizado, passando a agregar a dimensão político-pedagógica”.

2.3 A Gestão Escolar Democrática

Scotuzzi (2008, p.32) pressupõe que “[...] a gestão escolar pode viabilizar, ou não, a incorporação de princípios democráticos no interior da escola e, conseqüentemente, estendê-los à comunidade extramuros e à sociedade como um todo [...]”. Se a escola, através da operacionalização da gestão escolar, tem esta capacidade, acreditamos ser de fundamental importância o caráter democrático da sua gestão.

O direito legal a democratização da gestão escolar está assegurada pela Lei 9394/1996, onde consta o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a valorização dos profissionais da educação escolar e também, de suma importância, o exercício do controle social sobre a estabelecimento de ensino por parte dos cidadãos (primeiros destinatários do serviço público de educação). Então este sistema traz na sua base as decisões coletivas, inserindo assim, a comunidade escolar organizada, através de conselhos neste processo. Esta inserção vem a contribuir para uma descentralização de poder e de tomada de decisões, logo, contrapondo-se naturalmente ao modelo de administração empresarial, o qual traz justamente, o controle das forças de produção no seu planejamento do processo de produção. Mas Salles (2010, p. 18) ressalva que:

[...] A indissociabilidade entre descentralização e Democracia tem sido questionada na literatura, em razão de fenômenos observáveis em nossa realidade. [...] Se o clientelismo permanece em algumas localidades, assim como a baixa renovação de sua elite política, a Democracia no município ficará comprometida, ainda que haja a descentralização. Ou seja, a descentralização por si só não garante a Democracia.

É necessária a efetiva participação dos atores sociais no processo.

Em algumas áreas, como na saúde e na educação, o envolvimento da sociedade e dos cidadãos, através dos conselhos, vai além da formulação e da tomada de decisão, e atinge a própria gestão dos recursos, a fiscalização e o controle das políticas públicas. (RUA, 2009, p.50).

A participação da comunidade junto ao conselho escolar, traz o fortalecimento das decisões frente ao Poder Público, representado pelos seus diversos Órgãos Gestores, pois são espaços de formação de opinião e encaminhamento dos desejos populares, para que estes façam parte das agendas dos governos, a fim de que se tornem políticas públicas. Os conselhos escolares cumprem estas funções relativas a escola e fazem constar as suas vontades no Projeto Político e Pedagógico. Rua (2009, p. 51) enfatiza que “[...] mais do que um canal comunicacional para ressonância das demandas sociais, os conselhos possuem dimensão jurídica e têm poder de tornar efetivos as questões, os valores e os dilemas vivenciados no espaço da sociedade civil [...]”. Então estes conselhos têm a força de se fazer representar e defender as suas entidades, frente aos problemas externos como políticas

públicas equivocadas. Destacamos aqui os conselhos escolares, porém outras formas de participação democrática são possíveis junto a instituição de ensino, como os Círculo de Pais e Mestres (COM), Grêmios Estudantis e outros.

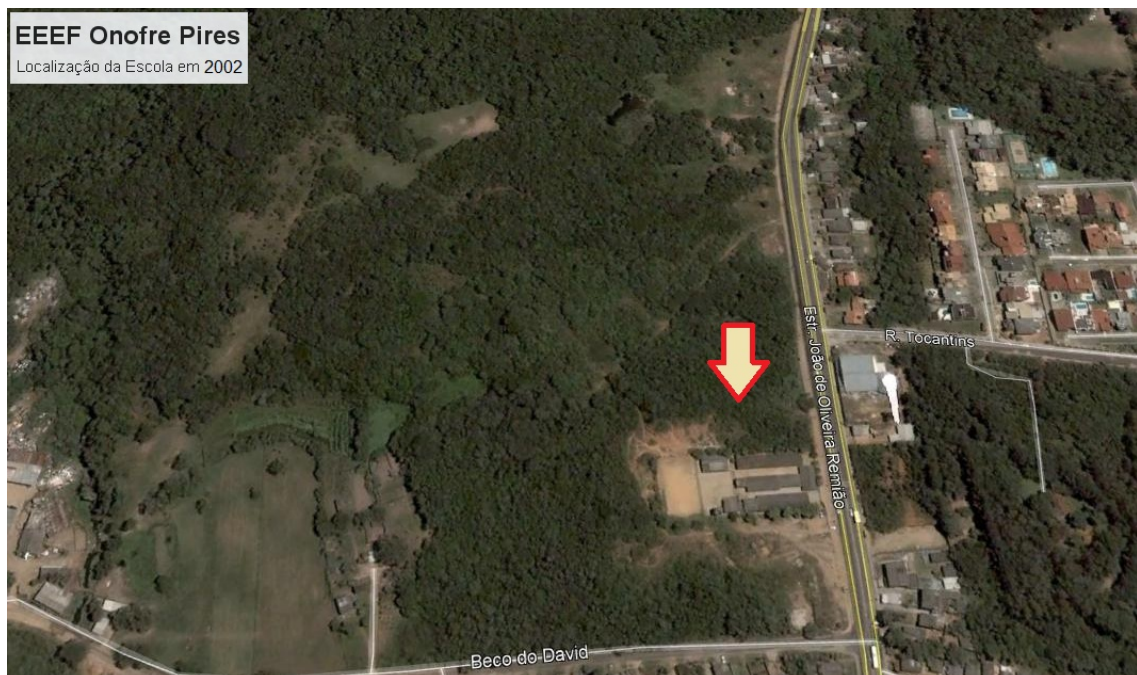
Mas a realidade nos é contraditória, porque a garantia legal da participação democrática, não reflete na prática uma grande presença comunitária. O próprio sistema de produção capitalista impede o cidadão de participar destes processos, porque lhes impõe extensas jornadas de trabalho, que não favorecem até mesmo, aqueles que desejam participar. Scotuzzi (2008, p. 36) coloca que “O mundo moderno alcança o cotidiano escolar e exige novas formas de relacionamento nos processos de tomada de decisão, para superação das amarras impostas pelo sistema estabelecido [...]”. Os professores por sua vez, também são trabalhadores que realizam as mesmas exaustivas jornadas, por vezes em mais de uma escola, acabando por recair todas as funções da gestão escolar sobre a equipe diretiva. Não há dúvida de que temos para diferentes escolas, diferentes contextos, onde ocorrem tentativas de mobilizar a comunidade da melhor maneira possível. Também o referido autor insiste que, a remoção desta “camisa-de-força” ainda persiste no trabalho de equipe. “Ações articuladas da equipe gestora, que permitam o desenvolvimento de uma liderança plural, baseada na partilha de poder e em projetos coletivos, parecem ser um caminho em direção à gestão democrática na escola.”

3 O CONTEXTO ESCOLA E EMPRESA

No final da década passada, atuando como geógrafo no planejamento do transporte coletivo urbano da capital, tomamos conhecimento de uma solicitação para atendimento por ônibus para a EEEF Onofre Pires, a qual estaria mudando a localização das suas instalações na zona leste.

A EEEF Onofre Pires é uma escola do bairro Lomba do Pinheiro, zona leste de Porto Alegre – RS. Inicialmente, se localiza na Estrada João de Oliveira Remião, Parada 2, próximo à esquina com o Beco do David. Na época, contava com 3 pavilhões e dois anexos, mais um campo de futebol ao fundo, como podemos observar na Imagem 1.

Imagem 1 – Localização da escola no início dos anos 2000.



Fonte: Criada em 2017 e obtida em 01/11/2018 do *Google Earth*.

O local onde se encontrava a escola, fora escolhido pelo Estado para a instalação de uma nova empresa pública, o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (CEITEC), acarretando na transferência da instituição de ensino antes da execução da obra, passando assim a ocupar os fundos do terreno dessa nova empresa. Com a mudança para as

novas instalações, o acesso à escola também foi alterado para a rua Beco do Davi, situado no numeral 269, como referenciado na Imagem 2:

Imagem 2 - Localização da escola e da empresa.



Fonte: Criada em 2017 e obtida em 07/05/2018 do *Google Earth*.

A CEITEC SA foi criada por um decreto presidencial, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 10 de novembro de 2008. Esta empresa está localizada na Estrada João de Oliveira Remião 777, Bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre – RS. Sua inauguração ocorreu em 2009, porém as obras para abrigar as atuais instalações, iniciaram no ano de 2005.

Conforme o próprio site da empresa, a CEITEC SA² define-se como uma empresa pública:

[...] vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que atua no segmento de semicondutores desenvolvendo soluções para identificação automática (RFID e *smartcards*) e para aplicações específicas (ASICs). A empresa projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados para aplicações como identificação de animais, medicamentos, hemoderivados, pessoas e veículos, além de autenticação, gestão de inventário, controle de ativos, entre outras. Localizada em Porto Alegre, a

² <http://www.ceitec-sa.com/empresa/SitePages/apresentacao.aspx>. Acesso em 01/11/2018.

CEITEC SA desempenha o papel estratégico no desenvolvimento da indústria de microeletrônica do Brasil.

Sem dúvida, está sendo primordial para o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, a criação deste empreendimento, com capacidade para produção de 70 milhões de chips por ano, dentre estes, o chip do passaporte brasileiro. Portanto, produz tecnologia “de ponta” e exige mão-de-obra altamente qualificada para isto.

A Estrada João de Oliveira Remião constitui uma importante via de acesso regional, a qual drena a absoluta maioria das linhas de transporte coletivo urbano e metropolitano, que fazem a ligação do Bairro Lomba do Pinheiro com a grande Porto Alegre. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2010) apontam que a população de Porto Alegre-RS aumentou de 1,36 milhões em 2000, para 1,41 milhões em 2010, estimando-se um quantitativo de 1,47 milhões em 2015. O Bairro em questão possuía, à época da realização do senso demográfico, aproximadamente 51,4 mil habitantes

Em consonância ao aumento dos índices populacionais do bairro e do potencial regional para urbanização, o Plano Integrado de Transportes e Mobilidade Urbana (PITMUrb - 2008, p. 34-36)³ prevê em 25 anos, a contar da data da edição, a necessidade de criação de um sistema integrado de transporte multimodal para a Região da Lomba do Pinheiro e adjacentes, como é o caso do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a fim de evitar o colapso do sistema de mobilidade regional, uma vez que a Estrada João de Oliveira Remião, deverá ter estrutura com faixa exclusiva para transporte coletivo e atendimento pelo ônibus, com veículos grandes do tipo articulado. Logo, estes dados evidenciam o caráter estratégico de localização da CEITEC SA.

³ PLANO INTEGRADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA – Projeta estrategicamente como será o transporte regional de acordo com as projeções de crescimento.

4 METODOLOGIA

Com intuito de compreender as razões pelas quais, na última década, diminuíram gradativamente o número de alunos matriculados na EEEF Onofre Pires, mesmo com novas instalações e aumento do número de habitantes na sua região, metodologicamente optamos por uma pesquisa de métodos mistos, pois

[...] representam um conjunto de processos sistemáticos e críticos de pesquisa e implicam a coleta e a análise de dados quantitativos e qualitativos, assim como sua integração e discussão conjunta, para realizar inferência como produto de toda a informação coletada (metainferências) e conseguir um maior entendimento do fenômeno em estudo. (SAMPIERI; MENDONZA, 2008, apud SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 505).

Para a coleta de dados, realizamos inicialmente, o levantamento do número de matrículas da instituição em análise, a partir dos resultados Senso Escolar/INEP, organizados por intermédio da *startup QEdu*⁴, entre os anos de 2009 e 2017. Dessa forma, confirmamos a redução do número total de alunos matriculados no período, em todas as séries, de acordo com a nossa informação inicial.

Mediante a ratificação da redução do número de estudantes matriculados após a mudança de endereço da Escola, um levantamento de campo se fez necessário. Procedemos com uma visita à instituição para apresentação da pesquisa, junto aos seus alunos e corpo docente. A aceitação da realização deste estudo (Apêndice I), por parte da unidade escolar em foco, nos possibilitou a aplicação dos instrumentos de coleta de dados, em formato de questionário (perguntas abertas e fechadas) com os alunos e entrevistas semi-estruturadas com a equipe diretiva e professores.

Desta forma, perspectivamos obter um panorama dos problemas enfrentados pelos alunos e docentes, que persistem na escola considerando a importância de compreender e elucidar quais os fatores que estão corroborando para o fenômeno em estudo, pois reiteradamente, ex-professores são taxativos em afirmar que a redução do número de alunos na referida unidade de ensino, tem como causa, a mudança de endereço da mesma, juntamente

⁴ *QEdu* é uma *Startup* que disponibiliza de maneira mais clara, acessível e gratuita, dados referentes à educação como Censo Escolar, Enem, Ideb e Prova Brasil. Disponível em: <http://www.qedu.org.br>.

com a ausência de atendimento por transporte público a sua porta, por assim dizer. Dessa forma, a busca de um entendimento mais elaborado sobre o caso motiva o presente estudo, uma vez que a aceitação de apenas uma perspectiva não necessita de efetivação da pesquisa.

Ao buscar a produção do conhecimento através de um procedimento metódico, descrito anteriormente, criamos uma pesquisa não apenas de cunho quantitativo para ser aplicada junto aos alunos, mas também qualitativa, envolvendo docentes, em que estes possam expressar a sua compreensão em relação a alguns aspectos escolares. Dessa forma, abrimos então um leque de possibilidades para outras causas que não somente a explicitada na hipótese inicial.

Para a definição do público alvo, no que se refere a pesquisa quantitativa com os alunos, foi considerado os dados do Censo Escolar (2017), que indicam 131 alunos matriculados nos 7º aos 9º anos do Ensino Fundamental. Essa delimitação ocorre em razão de uma provável dificuldade de compreensão das perguntas do questionário por parte dos alunos mais novos. Evitamos ao máximo a participação de alunos com idade inferior a 13 anos. Obtivemos, portanto, uma amostra de 50 respondentes. A partir desses questionários, realizamos as análises estatísticas e consequente, a obtenção dos resultados. Apesar de inúmeras tentativas, não foram localizados ex-alunos e ex-docentes dispostos a colaborar com a nossa pesquisa.

Ainda de acordo com o Censo Escolar (2017), o número de funcionário e professores atuantes na escola era de 29 pessoas, sendo que destes, a direção e alguns professores aceitaram participar com muita boa vontade, compondo uma amostra qualitativa de 5 entrevistas.

4. 1 O processo de aplicação do questionário aos alunos

A aplicação do questionário aos alunos é executada após a assinatura do Termo de Consentimento, ou seja, autorização por parte da direção da escola, garantindo assim, a utilização dos dados para fins acadêmicos das informações e o anonimato dos participantes. Manzini (2012), em sua obra, explicita que ao analisar trabalhos de campo de mestrado e doutorado, constata que 60% de todas as pesquisas, não utilizam o termo de consentimento;

ao passo que Gil (2002, p. 133) nos remete a importância do tema, uma vez que as entrevistas consistem em opiniões próprias.

A preservação da identidade dos respondentes constitui problema de alta relevância ética. No entanto, costumam surgir outros dilemas dessa natureza na coleta de dados nos estudos de campo, relacionados principalmente à interação do pesquisador com as pessoas pesquisadas. Um grande dilema do pesquisador consiste na decisão sobre a revelação ou não de sua identidade ao grupo. Com efeito, manter-se incógnito pode ser vantajoso para a obtenção de determinados dados. No entanto, invadir a privacidade dos outros sem se declarar é sem dúvida um problema antiético. A superação desse problema pode estar na solicitação do consentimento dos informantes. Tal medida, no entanto, não soluciona o problema ético, pois a diferença de *status* entre o pesquisador e os informantes – que ocorre com frequência – pode conduzir a alguma forma de constrangimento.

De acordo com as ideias de Barbetta (2004), entendemos ser impreterível a aplicação do questionário por um único entrevistador, ou por pessoal previamente capacitado para isto, pois como se trata de alunos do ensino fundamental, o surgimento de dúvidas quanto à interpretação correta das perguntas, é inerente.

No formulário constam 5 questões (Apêndice II) pautadas a partir da hipótese inicial do trabalho, com o objetivo de identificar a distância percorrida até a escola pelos alunos, o meio de transporte utilizado e a avaliação de alguns aspectos da escola, sugestivos de (in) satisfação com a instituição escolar e/ou propulsores de solicitação de transferência e/ou evasão. A seguir, veremos item a item o questionário.

Inicialmente é perguntada a idade do entrevistado e conferido de acordo com a metodologia estabelecida. Após, o ano escolar que está cursando na referida escola.

Na terceira pergunta os alunos são questionados sobre a localização da sua residência, a fim de se verificar a necessidade ou não de transporte público ou privado para se chegar à escola. Conforme consta no formulário de pesquisa (Apêndice II), a localização do aluno é respondida de maneira descritiva para melhor aferição da distância entre a localização da moradia e da escola.

Em uma próxima pergunta, sobre o meio de transporte utilizado como forma de se chegar à escola, constam cinco opções para resposta, nas quais acreditamos contemplar as possibilidades de deslocamento.

Na quinta e última pergunta, optamos por realizar uma avaliação dos diversos itens do ambiente escolar sob a perspectiva do aluno. Para tanto, em cada um dos nove itens listados (Apêndice II), o estudante atribui uma nota que pode variar entre: Péssimo, Ruim, Bom, Muito Bom e Excelente, apresentados numa escala tipo *Likert* de cinco pontos.

O escalonamento e a classificação das respostas seguem uma sequência em que Péssimo, é uma nota extremamente negativa, podendo indicar possíveis eventos que levam o estudante a querer trocar de escola. Ao passo que o conceito Excelente, é uma avaliação extremamente positiva, algo que pode manifestar a intenção de permanência na escola. O último item para resposta fica em aberto para que o aluno pontue algum outro tópico não considerado pelo pesquisador, ou seja, expressar algo que o agrada muito e não está constando nas opções anteriores, ou também, algo que o desagrada bastante e da mesma forma, não está expresso.

4. 2 Pesquisa com Docentes

A pesquisa é desenvolvida com esta amostra por meio de entrevista semiestruturadas (APENDICE III). Uma das primeiras questões se refere à localização da residência do entrevistado e o meio de transporte utilizado para se chegar à escola, pois essas características iniciais, demonstram parte da relação do participante com a escola, podendo manifestar a influência da disponibilidade de transporte público para um professor ou funcionário, que venha a residir, por exemplo, a duzentos metros da escola.

Quanto à utilização de perguntas abertas em uma entrevista semiestruturada, Manzini (2012, p. 156) afirma que:

A entrevista estruturada tem como característica um roteiro prévio, com perguntas fechadas. O roteiro é usado pelo entrevistador (ou entrevistadores) na mesma sequência em que foi elaborado. É indicada para pesquisa com grandes populações, a análise é quantitativa e usa como procedimento de análise os conhecimentos da estatística. O roteiro precisa ser muito bem trabalhado e o pesquisador deve conhecer a fundo o tema da pesquisa, para inclusive elaborar as alternativas de resposta. [...] A entrevista semiestruturada tem como característica um roteiro com perguntas abertas e é indicada para estudar um fenômeno com uma população específica: grupo de professores; grupo de alunos; grupo de enfermeiras, etc. Deve existir flexibilidade na sequência da apresentação das perguntas ao entrevistado e o entrevistador pode realizar perguntas complementares para entender melhor o fenômeno em pauta.

A opção pela entrevista teve como propósito de detectar faces subjetivas de efeitos causais do problema estudado, bem como perspectivas não abordadas até então. Estas subjetividades não podem ser demonstradas em números, diferentemente da parte quantitativa feita com os alunos, mas sim, expressas na percepção que os pesquisados possuem em relação ao tema e a escola, bem como na riqueza dos seus relatos, pois estas pessoas estão inseridas no meio social pesquisado. Ainda em relação à pesquisa através de entrevista para esta etapa, vemos que:

As questões seguem um roteiro o qual procurava saber, se o pesquisado estava na escola na época da mudança das instalações, bem como a sua percepção quanto ao sentimento da comunidade escolar à época, relativo a estas mudanças. Buscamos descobrir se houve algum tipo de mobilização de apoio ou desaprovação neste sentido. Porém, quando o pesquisado não se encontrava presente na época do processo da troca das instalações, as duas questões seguintes eram ignoradas como consta no Apêndice III.

Mesmo que a hipótese inicial está relacionada à acessibilidade e a ausência de transporte público a porta da escola, como fora dito anteriormente, as questões abertas que seguem, visam mostrar outras faces, inclusive da gestão escolar. Logo, as questões fazem referência aos pontos elogiados e criticados pela comunidade, sempre conforme a percepção do entrevistado, e as ações que foram tomadas ou não, para melhorar os pontos criticados. Depois de relacionadas às reclamações, obtivemos conhecimento sobre medidas que foram tomadas, assim como o que pode ser feito na opinião do entrevistado.

Por fim, apresentamos o primeiro problema que era redução gradual do número de alunos na escola, e empiricamente sob a ótica do entrevistado, o que tem motivado esta provável redução no número de alunos. Também foi questionado se o entrevistado acredita no futuro da escola, pois se a comunidade já tem desistido⁵ desta, não há possibilidade de mobilização futura e assim, poucas chances de retornar com os resultados deste trabalho na escola, a fim de que possa ser utilizado como uma das ferramentas de mudança situacional após a sua publicação.

Diante da dificuldade de irmos pessoalmente aos entrevistados, mas mantendo a metodologia construída, optamos por realizar as entrevistas no âmbito digital, e para isto

⁵ Lembrando que proibição do governo em aceitar a matrículas de alunos no primeiro ano do ensino fundamental nesta escola, pode conduzi-la ao iminente fechamento.

utilizamos as redes sociais, especificamente o aplicativo *WhatsApp* como ferramenta. O que nos permite ganhar tempo e qualidade na fase de transcrição dos relatos. Porém, o fato deste universo e também da amostra ser pequena, restringimos em parte as transcrições diretas das entrevistas, a fim de evitar uma aproximação que permite identificar os entrevistados. Salientamos que nas poucas transcrições diretas que apresentamos, identificamos o entrevistado por “Entrevistado 1”, “Entrevistado 2” e assim por diante.

4.3 Pesquisa de dados históricos

Encontramos dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) a partir de 2010, disponíveis no site Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), lembrando que a mudança das instalações da escola se deu no período do início das obras em 2005 até 2009, ano da inauguração da CEITEC.

Porém, em conversa com a direção da escola, fomos alertados que estes dados não estavam disponíveis na instituição. Conforme nos foi relatado, um incêndio ocorrido anos atrás, destruiu essas informações.

De acordo com reportagem (ANEXO I), o fato aconteceu no dia 26 de julho de 2014, sucedido de diversos outros atos de vandalismo, que levaram o Estado a tomar algumas providências. Dentre elas, a reconstrução da parte afetada pelo incêndio e a contratação de uma empresa de vigilância, a qual mantém um guarda na escola por 24 horas, algo que verificamos ser um diferencial em relação às demais escolas estaduais de Porto Alegre – RS.

Os dados do mesmo senso são utilizados para análise comparativa com as demais escolas do entorno, as quais, em tese, não tem sofrido mudanças em relação à referida empresa. Foram aferidos os dados resultantes, observando se as mudanças fazem parte de um fenômeno mais amplo, ou se realmente estão associados intrinsecamente à escola em estudo, como veremos a seguir.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 Sobre os dados do censo escolar INEP

Vimos que a redução do número de alunos por unidade de ensino nos últimos anos, tem sido tema de ampla discussão e debate político. Em matéria publicada no dia 22/01/2018, na página do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o então Secretário da Educação, Ronald Krummenauer, afirmou uma redução de aproximadamente 600 mil estudantes na rede pública, nos últimos 15 anos. E com base nestes dados, o governo comunicou que as escolas de Ensino Fundamental: Alberto Bins (Santa Tereza), Benjamin Constant (São João), Oswaldo Aranha (Vila Ipiranga) e Plácido de Castro (Higienópolis), não receberiam matrículas para o ano de 2018. Em um segundo momento, a EEEF Onofre Pires recebeu também este comunicado.

Mas dados do IBGE e da Fundação de Economia e Estatística (FEE) apontam para um aumento da população porto-alegrense, apesar desse aumento ter sido menor que o estimado, e do crescente envelhecimento da população. Isto evidencia, em nossa opinião, que apesar dos dados do Censo Escolar da Educação Básica 2017 apontar para uma redução de matrículas na educação básica, é necessário verificar se esse fenômeno ocorre de maneira concentrada geograficamente, ou distribuído homogeneamente. Também consideramos que apesar da redução de aproximadamente 50% do número de pessoas com idade entre 6 e 14 anos, na classificação - não frequentam o ensino fundamental e ainda não o haviam concluído - entre 2012 e 2017, os dados do Plano Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), indicam que mais de 16,5 mil pessoas na faixa etária citada, ficam fora da escola, conforme demonstrado na tabela 1.

Com o propósito de compreender o fenômeno da redução do quantitativo de alunos na EEEF Onofre Pires, comparamos o número de matrículas desta escola com outras duas escolas públicas próximas, localizadas no mesmo eixo viário. Ou seja, o mesmo transporte público utilizado pelos alunos da escola em estudo, pode ser utilizado para acessar as escolas EEEM Agrônomo Pedro Pereira e EEEM Rafaela Remião. Como essas duas escolas ofertam ensino fundamental e Ensino Médio, para fins de análise estatística, consideramos apenas as matrículas no Ensino Fundamental, objeto do nosso estudo.

Tabela 1: Número de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentavam o ensino fundamental e ainda não o haviam concluído no Brasil – 2012/2017.

Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2012 - 2017
Sudeste	294.293	256.339	249.679	239.164	245.301	208.673	-85.620
Minas Gerais	82.481	51.112	40.197	41.173	47.824	47.150	-35.331
Espírito Santo	15.166	13.500	12.739	10.334	13.239	7.218	-7.948
Rio de Janeiro	79.766	83.108	78.934	74.468	62.548	47.279	-32.488
São Paulo	116.880	108.618	117.810	113.188	121.690	107.026	-9.854
Sul	86.270	74.951	71.816	69.803	74.530	61.340	-24.930
Paraná	37.293	30.291	32.919	32.729	36.291	33.954	-3.339
Santa Catarina	15.095	16.033	16.576	12.817	14.276	10.800	-4.296
Rio Grande do Sul	33.882	28.627	22.321	24.257	23.964	16.587	-17.295
Centro-Oeste	71.196	64.804	57.617	48.873	63.487	46.686	-24.510
Mato Grosso do Sul	8.340	8.722	10.925	7.856	7.349	3.721	-4.619
Mato Grosso	19.620	19.244	14.865	14.699	11.621	9.340	-10.281
Goiás	28.713	25.773	18.827	16.781	31.266	23.205	-5.508
Distrito Federal	14.522	11.065	13.000	9.536	13.250	10.420	-4.102

Fonte: Elaborada pela Dired/INEP com base em dados da PNAD/IBGE (2012-2017). Divulgada no relatório do segundo ciclo de monitoramento das metas do PNE 2018.

A partir dessa análise, foi possível verificar, uma vez executada a comparação do início da série histórica em 2010 com a última disponível referente a 2017 (TABELA 2), que enquanto as escolas vizinhas mantinham seus alunos, apesar das oscilações, a EEEF Onofre Pires apresenta queda no seu número de matrículas.

O Censo Escolar – INEP 2017 também informa um total de 17 alunos na Educação Especial nesta escola. O Parecer 56 da Comissão Especial de Educação Especial do RS (2006, p. 14) indica, na Análise da Matéria que:

19 – A escola comum, na constituição das turmas, pode incluir no máximo 3 (três) alunos como necessidades educacionais especiais semelhantes por turma, devendo ser admitida à lotação máxima de 20 (vinte) alunos na pré-escola, 20 (vinte) alunos nos anos iniciais do ensino fundamental e 25 (vinte e cinco) nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Em se tratando de inclusão de pessoas com deficiências diferenciadas, admite-se, no máximo, 2 (dois) alunos por turma, sempre a critério da equipe escolar.

Tabela 2: Quantidade de matrículas no Ensino Fundamental por escola.

Ano	Esc Onofre Pires	Esc Agrônomo Pedro Pereira	Esc Rafaela Remião
2010	482	328	935
2011	461	407	756
2012	428	469	830
2013	404	403	918
2014	425	355	868
2015	395	355	903
2016	403	329	914
2017	374	309	936

Fonte: www.qedu.org.br (2018).

Então, considerando a quantidade de 25 alunos por turma para que a escola esteja em conformidade com o Parecer 56, há uma redução de quatro turmas na EEEF Onofre Pires no período citado, pois a organização de turmas maiores, é uma média administrativa contrária ao que citamos acima.

5.2 Os resultados do questionário aplicado aos alunos

Executamos a referida pesquisa de maneira presencial, no ambiente escolar, obtendo 52 amostras, das quais duas foram descartadas por apresentarem erros ou inconsistências nas respostas.

5.2.1 Localização e quantidade

A média obtida da faixa etária pesquisada, foi de 15 anos de idade, pois evitamos aplicar a pesquisa em séries inferiores ao sétimo ano do Ensino Fundamental. Foi constatado que 58% dos respondentes, residem a uma distância superior a dois quilômetros da escola. Nas normativas e orientações federais e/ou estaduais, não há especificação com exatidão quanto à distância a partir da qual se deve dispor, obrigatoriamente, de transporte para

escolares, mesmo na cartilha “Regulação do Transporte Escolar Rural” do Ministério da Educação, não há essa precisão:

A localização e controle dos pontos de embarque e desembarque dos alunos é fator relevante no transporte escolar, devendo ser verificado se as distâncias entre os pontos de embarque e as residências dos estudantes estão adequadas. Comparando-as com os parâmetros estabelecidos. [...] Considerando as características do ambiente rural deverão constar no Regulamento e no Contrato situações como distâncias máximas a serem percorridas pelos alunos entre a residência e o ponto de embarque e, do ponto de desembarque à escola. (BRASIL, 2010, p. 15).

Mas em razão da falta de legislação específica para o caso em questão, tomamos como parâmetro, decisões judiciais como o Agravo de Instrumento Nº 70066720749 (Nº CNJ: 0357452-60.2015.8.21.7000) TJRS, referente ao município de Gravataí – RS; que entende a obrigatoriedade da disposição de serviço de transporte escolar para distâncias superiores a dois quilômetros, sendo estas, referentes a processo em área urbana.

Constatamos então, que após quase uma década da mudança de localização das instalações da escola, esta ainda mantém um elevado número de alunos que dependem de transporte para chegar as suas instalações. Sendo que destes 58%, aproximadamente 72% utilizam o transporte por ônibus, 14% realizam o deslocamento com veículo próprio e ou outros 14% a pé. Ou seja, o número de escolares que fazem uso diário de transporte coletivo urbano na EEEF Onofre Pires, é de aproximadamente 157 alunos. Logo, estes dados indicam ao poder público a necessidade de pesquisa específica de viabilidade para atendimento por transporte público, uma vez que boa parte da frota de ônibus da capital possui em média, 45 assentos.

Dificuldade de acesso à unidade escolar é listada por autores como Neri (2009), como integrante da classificação “falta de oferta”, pois entre outros fatores, os jovens pesquisados expressam a sua impossibilidade de alcançar as unidades escolares conhecidas e/ou mais próximas. Apesar dessa razão representar apenas 10,9% dos motivos para evasão escolar na pesquisa supracitada, veremos na próxima análise, a dimensão da importância dos problemas de acesso para a escola Onofre Pires.

5.2.2 Os alunos avaliam a escola

Na segunda etapa do questionário, os alunos qualificam diversos itens da escola, sendo possível mensurar a percepção destes em relação às condições da instituição e as possibilidades de acesso a esta escola.

A intenção de solicitar essa avaliação por parte dos alunos, se refere na tentativa de analisar, de forma mais ampla, o fenômeno em pauta. De acordo com Neri (2009), as motivações que conduzem alunos brasileiros a abandonarem precocemente os bancos escolares, dão gênese a inúmeros trabalhos e a renovadas discussões, pois constatamos em suas pesquisas, que a grande motivação para abandonar as unidades escolares, está na falta de interesse dos alunos pela escola, juntamente com demanda por renda/trabalho, dificuldade de acesso, entre outros.

Exposição de motivos – Propomos o estudo das causas da evasão a partir de três tipos básicos de motivações, a saber. [...] Senão vejamos: i) Dificuldade de acesso a escola (10,9%); ii) Necessidade de trabalho e geração de renda (27,1%). iii) Falta intrínseca de interesse (40,3%). iv) Outros motivos (21,7%). A composição das repostas válidas tomadas a valor de face sugere que os três grupos de motivos aventados explicam quase 80% da totalidade das respostas; O que se destaca nestes são os dois elementos ligados à falta de demanda por educação, que respondem por 67,7% das motivações apresentadas contra 10,9% das deficiências de ofertas alegadas. (NERI, 2009, p. 5, grifo do autor).

Ao detalhar a motivação de falta intrínseca de interesse, o autor explicita:

A insuficiência de demanda educacional está menos diretamente associada à necessidade de geração de renda no curto prazo e mais a uma falta de visão de retorno a longo prazo. Esta motivação de falta de interesse intrínseco (40,3%) está dividida em: Não quis frequentar (83,4%); Concluiu a série ou o curso desejado (13,7%) / Pais ou responsáveis não quiseram que frequentasse (2,9%); Assim como no caso do motivo geração de renda, a influência direta dos pais sobre a evasão parece pequena aqui. **O adolescente está acima de tudo fora da escola porque ele não quer a escola que aí está.** (NERI, 2009, p. 8, grifo nosso).

Dessa forma, o autor corrobora com a nossa justificativa para a segunda etapa da pesquisa que realizamos junto aos alunos, pois reiteramos a importância de termos obtido um panorama dos problemas enfrentados pelos alunos que persistem na escola, no sentido de

compreender, quais os fatores têm corroborado para o fenômeno em estudo, pois se considerarmos uma única perspectiva, provavelmente não necessitaremos de pesquisa. Analisamos então, sob a ótica dos alunos, quesitos como: a infraestrutura predial, informática (equipamentos e acesso a internet), disponibilidade de materiais esportivos, as aulas e os conteúdos transmitidos, a convivência com docentes e funcionários, a convivência com os colegas, a segurança, e por fim, a merenda. Sendo que estes quesitos foram selecionados, tendo em vista as suas respectivas importâncias, as quais foram ressaltadas por autores como Cavalcante (2014), Oliveira (2015), Guedes (1999), Dubet (2003), Bezerra (2009), Ribeiro (2010) e Nunes (2015).

Na tabela 3, segue o quantitativo das avaliações que cada um dos quesitos acima listados, receberam por parte dos alunos, os quais foram analisados detalhadamente e seus resultados exposto a seguir.

Tabela 3: Avaliação da Escola pelos alunos

ALUNO AVALIA A ESCOLA.									
AVALIAÇÃO	INFRA PREDIAL	INFORMAT	MAT ESPORT	CONTEUDOS	CONVIV PROF	FUNC LOCALIZACAO	CONVIV COLEGAS	SEGURANCA	MERENDA
Péssimo	0	3	4	1	0	4	3	1	4
Ruim	5	17	17	3	1	21	3	14	2
Bom	38	22	25	23	24	16	20	23	24
Muito Bom	4	5	3	19	12	5	10	9	12
Excelente	3	3	1	4	13	4	14	3	8

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2.2.1 Infraestrutura Predial

Existe um consenso no que se refere à importância deste quesito não apenas para a vida escolar, mas para os resultados educacionais. Estudioso do tema, Cavalcante (2014, p. 12) afirma que:

Não há na literatura um consenso sobre a direção do impacto de cada insumo no aprendizado dos alunos, nem da importância relativa de cada um deles. O que se tem é apenas uma noção, com base em evidências empíricas, de que a infraestrutura escolar é importante para o desenvolvimento dos alunos. Se não fosse, não seria alvo de políticas públicas para o seu suprimento.

De acordo com Cavalcante (2014, p. 12), entende-se como infraestrutura adequada na escola.

[...] à disponibilidade de salas de aula com espaço e luminosidade suficientes, devidamente arejadas, instalação hidráulica e elétrica em bom estado, disponibilidade de carteiras para todos os alunos, acesso a livros didáticos entre outras características que dêem suporte para que o aluno se desenvolva cognitivamente.

O mesmo autor ressalva a importância da infraestrutura escolar no ensino fundamental em relação aos demais níveis do ensino, sendo que:

[...] Crianças que tiveram um maior suporte educacional dos pais e da escola quando menores podem naturalmente ser mais receptivos a influência de novas variáveis, como infraestrutura, o que faz parte da aptidão que eles adquirem nos anos iniciais de vida”. (CAVALCANTE, 2014, p. 42).

Logo, a medida em que se vai avançando aos níveis superiores de ensino, a infraestrutura vai ganhando outra conotação, pois a maturidade traz consigo a capacidade de superar a falta deste quesito, quando for o caso.

O inverso ocorre para os estudantes de terceiro ano, ou seja, a infraestrutura é menos importante para aqueles que estão nos percentis superiores. Não é que a lógica explicada para o caso da quinta-série muda para os alunos do terceiro ano, é que uma nova variável entra nessa explicação, o pré-vestibular. Essa variável pode fazer com que o esforço próprio do estudante minimize, pelo menos entre os estudantes de ponta, a importância da infraestrutura. (CAVALCANTE, 2014, p. 42).

Percebemos que, apesar do incêndio ocorrido na escola, os alunos avaliaram que a escola possui uma boa estrutura; mas quando consideramos que esta escola foi construída há aproximadamente uma década, o resultado das avaliações esperado poderia ser melhor, tendo sido a sua importância enfatizada pelo autor acima citado.

5.2.2.2 Informática

A utilização do termo “Informática e multimídia” no questionário de pesquisa, englobavam o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com intuito de verificar a percepção que os alunos têm da utilização dessas ferramentas no cotidiano escolar. Este item por si só pode ser tema de um trabalho, pois há múltiplos cursos de capacitação à pós-graduação envolvendo este.

Consideramos primeiramente que mídias é um conceito amplo que envolve diversos meios de um sistema de comunicação e expressão. Oliveira (2015, p. 77-78) definiu que:

As Tecnologias da Informação e Comunicação referidas como TIC são consideradas como sinônimo das tecnologias da informação (TI). Contudo, é um termo geral que frisa o papel da comunicação na moderna tecnologia da informação. Entende-se que TIC consistem de todos os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar na comunicação. Em outras palavras, TIC consistem em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de *software* e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem.

Considerando como exemplo a disciplina de geografia, veremos o uso de mídias como ferramenta de ensino desde a mais clássica como os mapas, até as mais elaboradas, como os modelos orbitais, gráficos e outros, pois essa disciplina sendo uma ciência dinâmica e de movimento, não há uma forma melhor de realizar a atividade de ensino e aprendizagem que não sendo por intermédio do uso das mais variadas formas de mídia.

Mas a rede mundial de computadores foi muito além de uma simples ferramenta para uso em sala de aula, nos permitindo uma maior interação entre pessoas, qualidade e dinâmica na informação, e também no conhecimento. Segundo Oliveira (2015), a principal responsável pelo crescimento e potencialização da utilização das TIC em diversos campos foi à popularização da Internet.

No momento em que as unidades de ensino consideram esta ferramenta como uma via de inclusão, que permite que diversos cursos cheguem a lugares onde não eram possíveis na

modalidade presencial, logo se tornou um grande elo de desenvolvimento. Também ressaltamos que com o avanço das metrópoles e a carência de infraestruturas como o transporte no nosso país, as chamadas disciplinas Educação à Distância (EaD), permitem também as pessoas que residem longe das universidades ou que trabalham em horários e jornadas diferenciadas, consigam obter êxito na sua qualificação.

Sabe-se que, as mudanças com o aparecimento das tecnologias foram grandes e positivas para a sociedade, em relação à comunicação, ligação e convívio social. A Informática trouxe, além de inúmeros recursos tecnológicos, a esperança de melhorias no processo de ensino e aprendizagem. (OLIVEIRA, 2015, p. 78).

Então houve uma evolução na dinâmica da própria ciência, pois o intercâmbio de informações toma tamanha proporção, que através da rede de computadores e seus usuários, tornam possível solucionar problemas em frações de tempo muito pequenas. Porém, muitas escolas públicas carecem da utilização desta ferramenta de maneira contínua e adequada.

Muitos vêem nas TIC, a perspectiva transformadora e determinante para melhorar a educação, mas deve-se considerar que há muitos problemas ainda associados à incorporação de tecnologias nas escolas. É um desafio para os professores mudar sua forma de conceber e por em prática o ensino, através de uma nova ferramenta. (OLIVEIRA, 2015, p. 79).

No caso específico do nosso estudo, questionamos justamente o não envolvimento da empresa de alta tecnologia com a escola pública Onofre Pires, nem com a comunidade escolar e/ou do seu entorno.

As repostas do questionário demonstram um índice de 40% de reprovação neste quesito por parte dos alunos, sendo que 42% atribuem avaliação mínima necessária para aprovação. Sabemos que a discussão é ampla e passa não apenas pela disponibilização de recursos, mas também pela capacitação do corpo docente e inserção de uma cultura de utilização.

Para que os recursos tecnológicos façam parte da vida escolar é preciso que alunos e professores o utilizem de forma correta, e um componente substancial é a formação e atualização de professores, de modo que a tecnologia seja de fato incorporada no currículo escolar, e não vista apenas como um complemento ou aparato marginal. É

preciso pensar como incorpora-la no dia a dia da educação de forma definitiva. Em seguida, é preciso levar em conta a construção de conteúdos inovadores, que usem todo o potencial dessas tecnologias.

A incorporação das TICs deve ajudar gestores, professores, alunos, pais e funcionários a transformar a escola em um lugar democrático e promotor de ações educativas que transida os limites da sala de aula, instigando o educando a ver o mundo muito além dos muros da escola, respeitando constantemente os pensamentos e princípios do outro. O professor deve ser capaz de reconhecer as diferentes maneiras de pensar e as curiosidades do aluno sem que haja a imposição do seu ponto de vista. (OLIVEIRA, 2015, p. 81).

Em uma das turmas onde foi aplicado o questionário, havia alunos fazendo uso de projeção com mídia juntamente com o professor, auxiliando o processo de ensino aprendizagem. Para Cunha (2008, p. 107-108):

As imagens disponibilizadas cotidianamente, através dos meios de comunicação e das corporações de entretenimento, acabam se tornando as principais referências para que as crianças elaborem seus imaginários e construam suas imagens, tendo em vista que outros repertórios visuais, como os das artes visuais e de outras produções culturais, não participam frequentemente de suas vidas. [...] As pedagogias visuais formulam conhecimentos e saberes que não são ensinados e aprendidos explicitamente, mas que existem, circulam, são aceitos e produzem efeitos de sentido sobre as pessoas. Assim não podemos perder de vista que há uma *pedagogia da visualidade* em curso, constituída em diversas instâncias e que se refaz nos contextos educacionais contemporâneos.

Portanto, acreditamos ser adequado a realização de uma consulta mais específica por parte da coordenação escolar, a fim de identificar as razões pelas quais, mesmo fazendo utilização de variadas formas de mídias educacionais, os alunos demonstram descontentamento com este quesito. Consideramos que esta escola não é nenhuma exceção neste aspecto, tão pouco tem o referido tema reprovado, ressaltamos a possibilidade das novas gerações requerem uma maior interatividade entre as mídias.

5.2.2.3 Material Esportivo

Esta pergunta feita de maneira simples e direta ao aluno, conduz os mesmo a uma análise completa do esporte na escola. Foi possível encontrar muitas reclamações no campo

“OUTROS”, indicando a falta de um ginásio na escola, falta de quadras melhores para as práticas de educação física e até mesmo da inexistência de bolas em condições de uso.

Para muitos autores, a prática esportiva nas escolas vai além de “simples” aulas de Educação Física, ou desenvolvimento da aptidão de prováveis atletas.

Na tentativa de modificar esta situação, várias propostas alternativas têm sido advogadas. No entanto, a maioria delas colocando o professor de educação física como simples coadjuvante do processo educacional, responsável simplesmente por *entretêr* as crianças e os jovens mediante as chamadas atividades recreativas, por *organizar e acompanhar* atividades comemorativas, por *orientar* exercícios físicos, etc.; ao invés de desenvolver conjunto de conteúdos que possa verdadeiramente contribuir, em um contexto educacional mais amplo, na formação dos educandos. (GUEDES, 1999, p. 1).

O desenvolvimento dos conteúdos da disciplina de Educação Física, possuem o propósito de atingir, assim como os demais componentes curriculares, os objetivos traçados pelo Projeto Pedagógico da escola.

Autores como Guedes (1999), enfatizam ainda que a vivência prática da educação física escolar também pode representar uma questão de saúde, de prevenção de doenças e, portanto, alvo de políticas públicas. Logo, advoga o autor, sobre o desenvolvimento no educando da cultura de realização destas práticas, bem como hábitos saudáveis, para além do ambiente e do tempo escolar.

Convém lembrar que já houve épocas em que os programas de educação física escolar eram vistos com objetivo de aquisição e manutenção da saúde. No entanto, de forma bastante equivocada e deturpada, na medida em que se preocupavam unicamente com a realização de exercícios físicos sem nenhuma consequência para a formação educacional dos jovens. Dessa forma, sugere-se que a escola de maneira geral, e a disciplina de educação física em particular, assumam a incumbência de desenvolver programas que levem os educandos a perceberem a importância de se adotar um estilo de vida saudável, fazendo com que a atividade física direcionada à promoção da saúde torne-se componente habitual no cotidiano das pessoas. (GUEDES, 1999, p.1-2).

A Educação Física pode propiciar também o convívio saudável entre alunos, professores e a comunidade escolar, vindo a funcionar como um elo de aproximação. A escola não possui um ginásio coberto, mas reúne as condições para isto, pois possui uma área que é utilizada como quadra, num platô elevado junto a sua entrada, de mais de 850m². Esta área

pode ser repensada para uso conjunto de toda a comunidade, sob a égide da escola, representada pelo conselho escolar, pois acreditamos na importância de construir coletivos para uma gestão participativa.

Em uma região como a Lomba do Pinheiro, que não foi projetada urbanisticamente na sua gênese, a despeito de tantos outros bairros brasileiros que também não o foram, percebemos a ausência de praças e parques. Desta forma, destacamos a existência de uma área de mais de 3500 m² ao fundo da escola Onofre Pires, terraplanada, imprópria para utilização em razão da carência de infraestrutura, mas com potencial para tornar-se espaço de utilização nas atividades escolares e da própria comunidade.

5.2.2.4 Segurança na Escola

A violência tem sido um dos fatores de abandono escolar no Brasil. Não apenas a violência que ocorre na comunidade ou no entorno da escola, mas também a violência dentro da escola. Autores como De Paula et al (2010, p. 218) caracterizaram a violência nas escolas da seguinte forma:

A problemática da violência, seja aquela em que o jovem é vítima seja aquela que é protagonizada por ele, vem provocando crescente perplexidade e sendo objeto de grande preocupação no meio escolar. Em geral, violência é conceituada com um ato de brutalidade, física e/ou psíquica contra alguém e caracteriza relações interpessoais descritas como de opressão, intimidação, medo e terror. A violência não pode ser reduzida ao plano físico, podendo se manifestar também por signos, preconceitos, metáforas, desenhos, isto é, por qualquer coisa que possa ser interpretada como aviso de ameaça, o que ficou conhecido como violência simbólica. [...] O que especifica a violência é o desrespeito, a negação do outro, a violação dos direitos humanos que se soma à miséria, à exclusão, à corrupção, ao desemprego, à concentração de renda, ao autoritarismo e às desigualdades presentes na sociedade brasileira.

Estas situações que envolvem violência no convívio social entre alunos, funcionários e professores, foram percebidas neste quesito e nos itens da pesquisa referentes à convivência propriamente dita que veremos mais adiante.

Ao questionarmos os alunos sobre o quesito segurança, os mesmos foram orientados a responder envolvendo não apenas o ambiente interno da escola, mas sobre o que estivesse

relacionado à escola, ou seja, sensação de segurança quando se deslocavam até a escola ou em seu retorno e durante a permanência na mesma.

Lembramos anteriormente que a escola foi alvo de violência, quando jovens arrombaram a mesma e posteriormente atearam fogo, vindo a danificar e interditar boa parte da sua estrutura. O que chamou a atenção ao ler à reportagem do jornal que tratava da captura dos autores, foi que os referidos não eram alunos da escola, portanto, não possuem apreço por ela, tão pouco se sentem envergonhados pelo que fizeram. Ou seja, provavelmente tratam este ato de violência como um outro ato qualquer, sem receio de que isto possa lhes trazer algum tipo de prejuízo efetivo.

Dubet (2003) evidencia mecanismos que contribuem para o entendimento sobre exclusão escolar por intermédio de dois grandes temas extraídos de suas pesquisas:

O primeiro consiste em evidenciar a diversidade das repostas oferecidas pela escola aos alunos de bairros “difíceis”. Para além da homogeneidade da forma e do caráter às vezes ritualista dos projetos pedagógicos, percebe-se que os professores e os estabelecimentos oferecem, na realidade, quadros educativos bastante diversos. Por exemplo, certas escolas se deixam invadir pela violência dos bairros, enquanto outras resistem eficazmente. Com frequência também as respostas institucionais concretas são bastante distanciadas dos programas e dos princípios declarados e dependem do grau de mobilização, de coerência e de engajamento das equipes educativas. O segundo eixo das conclusões revela o aprofundamento da distância cultural e social que separa os professores e a sua clientela. O acordo latente que ligava a escola à sociedade se desestabilizou muito. As expectativas implícitas das famílias não são mais congruentes com os projetos da escola, provocando assim o sentimento de uma crise de legitimidade da escola. Essa crise está relacionada ao peso do fracasso escolar na experiência dos pais, às suas expectativas desmesuradas, mas, sobretudo, à percepção de um declínio da utilidade social dos diplomas [...]. (DUBET, 2003, p. 39).

O segundo eixo conclusivo de Dubet (2003) sinaliza que os causadores dos atos de vandalismo na Escola Onofre Pires estavam em idade escolar e, portanto, são frequentadores de alguma escola, ou deveriam ser, mas não depositam na instituição escolar nenhuma expectativa, ao passo que seus familiares também não, pois tratam o assunto com certo descaso, conforme reportagens da época. Ou seja, destroem algo que para eles não tinha valor representativo. As políticas públicas educacionais e de segurança falham e a instituição escolar colhe estes amargos frutos, neste caso, a unidade de ensino do nosso estudo.

Retornamos ao primeiro eixo conclusivo de Dubet (2003), ao tratar da resposta institucional eficaz a essa invasão da violência, pois não apenas ocorre a captura dos mesmos,

como o apelo feito pela comunidade escolar, diante da tragédia do incêndio, por intermédio da imprensa, fez o Estado se pronunciar a respeito, assumindo o compromisso de colocar um vigilante 24hs. Ou seja, ocorreu uma mobilização entorno deste acontecimento que propiciou algo incomum nas escolas públicas estaduais, a vigilância 24hs realizada por empresa privada contratada.

O resultado deste contexto fica explícito pelos alunos na pesquisa com um índice de aprovação de 70%, tendo apenas 2% considerado a possibilidade de saída ou troca de escola por este motivo. Em contraposição a esta última informação, 6% considera este quesito um dos principais motivos, ou principal motivo, pelo qual acredita estar vinculado a EEEF Onofre Pires.

5.2.2.5 Alimentação Escolar

Todos educadores de escolas públicas, mesmo aquelas localizadas em regiões mais favorecidas das áreas urbanas ou rurais, tem a percepção da importância da merenda no ambiente escolar. De acordo com Bezerra (2009, p. 109).

Para os professores, a merenda escolar é uma atividade essencial na escola, um importante complemento com função tríplice: ajudaria a recuperar a deficiência alimentar do aluno; determinaria a frequência do aluno; e contribuiria para melhor aprendizagem. A essência do discurso dos professores está marcada pela associação da merenda ao estado de carência e de fome do aluno.

Nas pesquisas desenvolvidas por Bezerra (2009), o grupo gestor da escola, juntamente com a coordenação comunitária, demonstram em seus discursos que:

[...] a merenda escolar se define como uma atividade essencial para a escola, tanto quanto as atividades de ensino e aprendizagem. Ao priorizar na concepção de aluno a carência e a fome, a merenda deveria até evoluir de complemento alimentar para uma refeição, porque ela significaria para a maioria das crianças a refeição principal do dia e a única garantida, contribuindo para o aumento da importância da escola. Enfim, uma questão de sobrevivência. Ao associar merenda à sobrevivência, à carência, tomam como referência alguma situação prática que presenciaram ou da qual foram informados. Pressupondo que as famílias da maioria dos alunos sobrevivem de um salário mínimo ou menos, de renda incerta ou vivem o desemprego, comparam tal situação à vida das serventes da escola, que, apesar de receberem um salário mínimo, disputam as sobras de merenda para levar para casa. (BEZERRA, 2009, p. 108).

Neste sentido, as equipes diretivas devem atentar à quantidade das provisões e a qualidade do que é oferecido aos estudantes, resultado de compra de alimentos com excelência e também preparo adequado. No entanto, muitas vezes, essas aquisições são consequência de processos licitatórios, terceirização de funções para empresas prestadoras de serviços, o que nem sempre garantem qualidade no atendimento, como revela a “Operação Prato Feito” da Polícia Federal, noticiada em maio de 2018 pela imprensa brasileira, na qual a transcrição dos grampos autorizados pela Justiça Federal, transparece a ordem de um empresário do ramo de merenda escolar para “Corta a carne e dá ovo para essas crianças”⁶. Também foram relatadas outras trocas de alimentos, com um único intuito, o de desviar recursos da merenda escolar, que neste caso, representa por volta de 25% do montante, conforme explicitam as reportagens da época. Certamente, este caso se trata de um crime, mas também reflete uma ideia popular da necessidade de haver algum tipo de alimento na merenda escolar, sem interessar qual, numa aparente percepção de que qualquer “coisa” vale para alimentar os estudantes.

A organização da escola para a realização das refeições também se mostra importante. Geralmente, fruto de debates entre o corpo docente das instituições, em virtude de diferentes interpretações sobre o tempo dedicado à merenda. Para alguns, a execução da refeição “roubaria” um tempo precioso do aluno em sala de aula. Outros defendem que a organização de uma escala para servir a merenda, não trazem tamanho prejuízo, pois também representa uma atividade pedagógica. Ainda há quem sustente a realização das refeições durante o recreio.

Esse tema é amplo, cada escola ajusta o seu cronograma diário de acordo com as suas características, dentre elas, quantidades de turmas, condições socioeconômicas da comunidade atendida, tamanho e capacidade dos seus refeitórios, cardápios, etc. O que não se pode negar é que a merenda também tem direcionado o plano escolar.

[...] Quando há merenda, os alunos permanecem ali cerca de quatro horas; quando não há, o tempo de trabalho destinado às atividades curriculares é subtraído de uma hora e muitas vezes suprime-se o recreio para ganhar mais tempo e liberar os alunos

⁶ Fonte: Jornal ZH de 09/05/2018, edição eletrônica. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2018/05/corta-a-carne-e-da-ovo-para-essas-criancas-diz-alvo-de-operacao-que-apura-desvios-na-merenda-escolar-cjgzk1i9a00t401pc9hx8z34i.html>>. Acesso em 01/11/2018.

mais cedo, uma hora e vinte antes do horário mínimo regulamentar, que é de quatro horas diárias. Os alunos ficam prejudicados com uma hora a menos de atividades escolares, diminuindo provavelmente o rendimento em aprendizagem, uma vez que permanecem os dois tempos de aula sem sair da sala. Ficam prejudicados ainda por não vivenciar o recreio, que se constitui, para a maioria dos alunos entrevistados, na atividade mais prazerosa da escola, porque é nessa hora que eles se sentem livres dos limites rigorosos que a sala de aula impõe. (BEZERRA, 2009, p. 110).

De acordo com Bezerra (2009), a merenda escolar consiste em um fator que influencia, mas não determina a frequência e a manutenção dos educandos nos bancos escolares de todo o país, pois conforme:

Os dados levantados na escola não confirmaram a afirmação – já cristalizada entre a maioria dos profissionais da educação – de que o aluno só frequenta a escola pública por causa da merenda. O discurso dos alunos e das mães deixou bem claro que eles frequentam a escola pela escolarização em si, não para comer. Os dados da frequência diária mostraram que não há relação direta entre merenda escolar e ida do aluno à escola, pois a média de alunos em sala – duas classes de ciclo I, três classes de ciclo II, uma de aceleração e uma sala de alunos especiais – não se alterou de forma significativa na comparação entre o mês de maio (quando houve distribuição regular de merenda) e o mês de agosto (mês em que não houve). (BEZERRA, 2009, p. 109).

No que tange a pesquisa na escola Onofre Pires, estes aspectos foram avaliados através da pesquisa com os alunos, os quais aprovam a merenda da escola com mais de 80% de avaliações positivas.

Outro fator que foi de encontro ao que o autor referenciado cita anteriormente, se deu em razão de mais de 15% dos alunos pesquisados responderem ser a merenda, o fator, ou um dos principais fatores, que os mantem vinculados à escola. No entanto, 8% dos pesquisados responde de maneira completamente contraditória, tendo incluído a merenda no grupo de quesitos péssimos, os quais o tem feito pensar, ou até mesmo solicitar aos seus responsáveis para serem trocados de escola.

Também muitos pesquisados verbalizam, no ato da aplicação da pesquisa, que não tem dado nota máxima para a merenda porque não lhes era permitido repetir a refeição. Ao analisar esta colocação feita pelos alunos, podemos obter duas hipóteses. A primeira é de que apreciam a refeição, a segunda, é a reafirmação da importância dessa alimentação, sobressaindo-se em relação aos lanches.

5.2.2.6 A convivência com os professores, funcionário, colegas e os conteúdos

Nesta seção são analisados conjuntamente três quesitos pontuados no questionário (convivência com funcionários e professores; convivência com os colegas; e conteúdos das disciplinas). Essa aproximação se justifica em razão dos ótimos níveis obtidos nas “avaliações” destes quesitos, pois resulta em um entendimento das boas relações interpessoais que perpassam a convivência nesta escola, refletindo no êxito do trato dos conteúdos desenvolvidos pelos docentes. Para tanto, se ressalta a importância da afetividade na educação. Ribeiro (2010, p. 403-404) enfatiza que:

A depender da perspectiva, há diversos significados para o termo afetividade, como, por exemplo: atitudes e valores, comportamento moral e ético, desenvolvimento pessoal e social, motivação, interesse e atribuição, ternura, sentimentos e emoções. Neste artigo, baseado em pesquisa bibliográfica e exploratória, a afetividade é analisada no âmbito pedagógico, especificamente na relação educativa que se estabelece entre o professor e seus alunos na sala de aula, e é apresentado como sinônimo de dimensão afetiva e relação afetiva. Do nosso ponto de vista, a afetividade é impulsionada pela expressão dos sentimentos e das emoções e pode desenvolver-se por meio da formação.

Logo, a boa convivência se torna um item primordial para o desenvolvimento da afetividade na educação. Salientamos que o conceito de emoção, sempre esteve intimamente ligado a afetividade, porém se diferencia desta, conforme definiu NUNES (2009, p. 58) referindo a obra do francês Henri Wallon:

Vale ressaltar que o autor distingue os conceitos de emoção e de afetividade. O primeiro refere-se às variadas reações (sob intervenção do sistema nervoso) em que ocorrem modificações na forma de respirar, no ritmo cardíaco e metabólico, tremores, entre outros. Embora com fortes implicações orgânicas, a emoção é uma manifestação afetiva. A segunda é um conceito mais amplo, que engloba vários outros processos, como o pensar, o falar, o mover-se, o desejar e a própria emoção.

Então, a afetividade e as suas relações têm tornado o ambiente escolar propício para a aprendizagem e também impulsionado esta. De acordo com Côté, 2002; Rodriguez, Plax & Kearney, 1996; Codo & Gazzotti, 1999; (apud RIBEIRO, 2010, p. 404), “Estudos asseguram

que a afetividade é importante para a aprendizagem cognitiva dos alunos, pois é pela via afetiva que a aprendizagem se realiza [...]”. Corroborando com estes autores, NUNES (2015, p. 60) nos disse que:

Nesta perspectiva, existe uma conexão entre a emoção e o funcionamento da inteligência, sendo a primeira um fenômeno cuja função é mobilizar o outro, o que denota seu caráter socializador. A emoção é um elemento de expressão, que inclui aspectos orgânicos (tônicos/musculares), ao qual o professor precisa estar atento. Quando o componente emocional é exacerbado, há uma tendência à inibição do componente intelectual, e vice-versa, o que pode dificultar a aprendizagem do aluno.

Dias, 2003; Espinosa, 2002; Morales, 2001, (apud RIBEIRO, 2010, p. 404) reafirmam a importância desta pesquisa ao mencionar em seu trabalho que, “As relações entre professores e estudantes podem contribuir para a melhoria de atitudes positivas em relação ao conteúdo das disciplinas escolares e aos professores que as administram [...]”. Esta colocação nos remete diretamente a pergunta que se refere aos conteúdos ministrados, pois se o aluno está com baixa afetividade em relação aos professores, ele tem refletido o mesmo sentimento em relação aos conteúdos.

Nos processos de ensino e aprendizagem na escola, é crucial abordar as interações de professores e alunos, refletindo sobre os conflitos que podem ocorrer nessa relação. A aprendizagem deve ser analisada entendendo que o professor e aluno compõem uma unidade, inseridos num contexto específico e vivenciando situações concretas do dia a dia. (NUNES, 2015, p. 62).

Lembramos então dos dados da pesquisa de NERI (2009), se referem aos percentuais de alunos evadidos, em que 40,3% tem a falta de interesse como principal motivo, e destes, 83,4% simplesmente não querem frequentar, conforme citamos anteriormente.

Acrescentamos que os quesitos aqui pesquisados, não visam mensurar o nível de aprendizagem dos alunos, mas nos fornece um parâmetro o qual nos remete ao objetivo do nosso trabalho. As questões voltadas ao desempenho escolar e o nível de aprendizagem podem ser obtidas através por exemplo, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Indicador este, disponibilizado pelo governo Federal através do Ministério da Educação.

No que diz respeito à análise da convivência com os colegas, o meio social também influi diretamente na aprendizagem do aluno e, portanto, no seu interesse pela escola. Autores como Urie Bronfenbrenner (1996 apud MARTINS, 2015) enfatizam a relação considerada indissociável entre os atributos da pessoa em desenvolvimento e os parâmetros do contexto em que ela foi inserida.

A partir desta ótica, o desenvolvimento infantil ocorre conforme a criança se envolve ativamente com o ambiente físico e social, assim como ela o compreende e o interpreta. [...]

Além dos ambientes, as estruturas interpessoais também são importantes contextos de desenvolvimento humano. No modelo ecológico original, Bronfenbrenner (1996) salienta o grande mérito das relações entre as pessoas, estabelecendo como condição mínima para a formação de díades a presença de uma relação interpessoal recíproca. A premissa básica e mais importante na formação de uma díade é que, se um dos membros do par passar por um processo de desenvolvimento, estará contribuindo para a ocorrência do mesmo processo no outro. (MARTINS, 2004, p. 68).

Estas afirmações tornam clara a importância das relações interpessoais no processo de aprendizado, não apenas na relação professor – aluno como tratamos anteriormente, mas também, na relação do aluno com os seus colegas. Este quesito o manteve ou o afastou da escola, sendo que os elementos desta relação estão contidos não apenas no ambiente dentro da escola (microsistema), mas também no ambiente social de origem do aluno.

Analisando os resultados da pesquisa, verificamos que a convivência com professores e funcionários atinge o mais alto índice de aprovação (98%), com 26% dos alunos tendo afirmado ser estes um dos principais motivos que os mantêm ligados à escola. Ora, tratamos aqui primordialmente da afetividade, tão importante no processo de ensino e aprendizagem, que foi além, e possivelmente sendo um dos quesitos que acabam compensando avaliações péssimas, as quais têm ocasionado no abandono ou transferência do aluno da unidade escolar.

Em harmonia com a afetividade, vêm os conteúdos, os quais possuíram 92% de aprovação pelos alunos. Estes refletem que vêm nas aulas e nos conteúdos das diversas matérias, sentido e importância para o seu desenvolvimento humano, tendo colaborado também para a manutenção destes nos bancos escolares.

As relações interpessoais com os colegas, trazem um resultado bastante elevado também, tendo alcançado 88%. Apesar de ter estado pouco abaixo da relação com os professores e funcionários, cerca de 28% dos alunos afirmam ter sido uma das principais

razões para terem permanecido na escola, se constituindo assim, a maior avaliação deste tipo para todos os quesitos pesquisados. Não é algo tão relevante, não fosse o fato de que, mais da metade dos alunos desta escola, afirmam residir longe da unidade de ensino como vimos anteriormente; logo, a grande maioria é de comunidades diferentes. Em uma região de considerável vulnerabilidade social e índices de criminalidade, tendem núcleos sociais próximos a ter a presença de gangues rivais, logo, o convívio dos alunos não seria condizente com estes índices obtidos; porém a escola se sobressai positivamente neste sentido.

5.2.2.7 Localização e acesso

A localização e o acesso para os estudantes chegarem até a escola, são tratados conjuntamente, pois ao avaliarem esses quesitos, os alunos estão analisando a questão de distância e o caminho que percorrem da sua casa até a unidade de ensino. O modo como se deslocam neste caminho, também foi avaliada, pois se o trajeto é árduo, difícil, certamente as suas avaliações quanto à localização são péssimas. Como citamos anteriormente, a importância de avaliar estes quesitos é justificada pelo fato de 58% dos alunos residem distante da escola e, metade do total de alunos, utilizam algum meio de transporte para o seu deslocamento até a unidade de ensino.

Ao avaliar estes quesitos, metade dos alunos pesquisados reprovam a localização da escola. Esse dado associado à constatação de que metade dos alunos utilizam algum meio de transporte para chegar à instituição de ensino, é possível inferir que os alunos que necessitam de transporte por morarem distante da escola, estão atribuindo esse nível de insatisfação. Este foi o item com maior índice de reprovação da pesquisa com alunos, tendo alcançado 8% da amostra, manifestando, portanto, a pretensão em se retirar desta escola em razão da sua localização.

Ressaltamos que, ao tratar do item transporte associado à localização, não pretendemos identificar o meio de transporte ou o veículo apenas, mas analisar o quantitativo de estudantes que utilizam ônibus, pelo fato do embarque e desembarque estar situado na Estrada João de Oliveira Remião, ou seja, numa via perpendicular à rua da escola Onofre Pires, distante cerca de 250 metros da escola, e que possui a maior disponibilidade de horários de ônibus da Lomba do Pinheiro.

No quesito “Outros” do questionário aparecem referências dos alunos quanto à localização da escola, expressando assim, o desejo de que a escola estivesse melhor localizada.

Antecipamos nesta análise, os dados da pesquisa realizada com professores, onde um dos entrevistados chama a atenção para a ausência de calçada em parte do trajeto percorrido pelos alunos até a parada de ônibus, conforme pode ser visualizado na Imagem 3.

Imagem 3 - Rua Beco do David, trajeto da escola até a Estrada João O. Remião.



Fonte: Autor.

Foi possível verificar por essa imagem que o próprio terreno da escola não possui calçada a sua frente e, também por intermédio da Imagem 1, que o trecho compreendido até o portão de acesso lateral a CEITEC, se encontra nas mesmas condições.

Sobre essa questão, a legislação municipal de Porto Alegre – RS, a qual determina em seu Artigo 28 que:

Art. 28 – Os proprietários de terrenos, edificados ou não, localizados em logradouros que possuam meio-fio, são obrigados a executar a pavimentação do passeio fronteiro a seus imóveis dentro dos padrões estabelecidos pelo Município e mantê-los em bom estado de conservação e limpeza. (PMPA, 1975, p. 11-12).

No entanto, conforme podemos notar na Imagem 3, da rua Beco do David, que não existe pavimentação, muito menos meio-fio instalado, ou seja, foi realizado algo provisório, apenas para diminuir a dificuldade de circulação dos alunos por esta via. Do contrário, não há solicitação para pavimentação, conforme consta no PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS 20218/2019 sob o número 2013938 não tem sido admitida como segue: “BECO DO DAVID – 500m a partir do trecho pavimentado em direção à Estr. João de O. Remião. Demandante: Associação dos Moradores da Chácara das Peras”.

Ao considerarmos o tempo decorrido desde a transferência da Escola para as novas instalações, até a conquista da pavimentação pela comunidade, via Orçamento Participativo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS, notamos pouca sincronia entre a gestão escolar e a participação da comunidade junto à escola. Se evidencia também, a baixa proatividade do poder público municipal ao deixar de priorizar a correta pavimentação da rua que dá acesso à escola, tão logo a EEEF Onofre Pires começasse a funcionar.

A ausência de passeio no percurso em questão, acarreta três problemas diretos, sendo o primeiro de acessibilidade, ao dificultar o deslocamento de algum aluno que faça o uso de cadeira de rodas. O segundo, de segurança, porque apesar de existir um redutor de velocidade instalado em frente ao portão da escola, o trânsito de alunos ocorre em meio à rua, dividindo o espaço com veículos, o que aumenta de sobremaneira o risco de acidentes. Por fim, um problema de higiene e saúde, pois em dias de chuva, os alunos chegam às dependências da escola, sujos e molhados para realizar as suas atividades.

5.2.3 Síntese geral dos resultados

Após analisar quesito a quesito, os resultados obtidos através da aplicação do instrumento de coleta de dados (questionário) e a importância desses para o contexto estudado, verificamos que cerca de 4,5% das avaliações expressam a menor nota possível,

revelando assim, o motivo pelo qual o aluno está disposto a solicitar a sua saída da escola, quer fosse por abandono ou por transferência. No conjunto de avaliações péssimas, 25% destes alunos repetiram esta nota para mais de um quesito, em contrapartida, 35% dos que responderam péssimo para algum quesito perguntado, apontaram excelente para outro. Logo, os alunos que contestaram péssimo para mais de um quesito, sem responder excelente para nenhum outro, demonstraram uma real disposição em sair da escola, dado esse que representa 10% do universo total de alunos; ou seja, índice aproximadamente maior que o identificado na redução efetiva de matrículas nos anos pesquisados. Portanto, não nos resta dúvidas de que os aspectos de informática (multimídia e TICs), material esportivo (infraestrutura para a prática) e localização (geográfica e acessibilidade); devem atenção prioritária junto à comunidade escolar, via gestão democrática participativa, com intuito de evitar evasões. Também que oportunamente, a própria instituição venha a realizar estudos/pesquisas aprofundadas sobre a questão em pauta.

Salientamos que apesar das avaliações negativas explicitadas, de maneira geral, a escola obteve mais de 77% de aprovação em vários quesitos, conforme demonstrado no gráfico 1, obtendo aproximadamente 12% de avaliações excelentes.

As relações interpessoais, a afetividade expressa através dos quesitos convívio com professores, funcionários e colegas, representam 49% das melhores avaliações, seguidos pela aprovação da merenda que foi de 15%, como pode ser observado no gráfico 2, elaborado pelo autor.

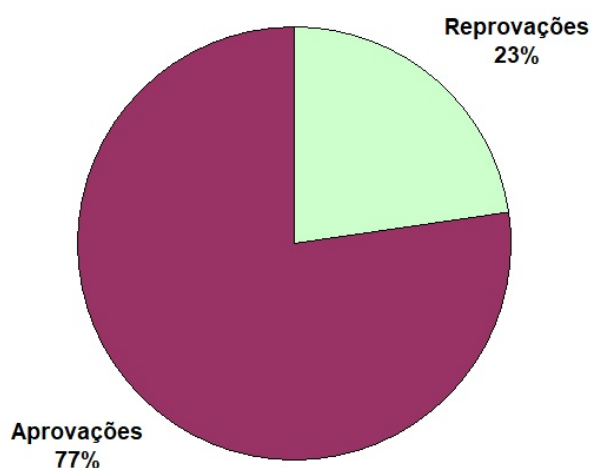


Gráfico 1 – Resultado geral da pesquisa com alunos, elaborado pelo autor.

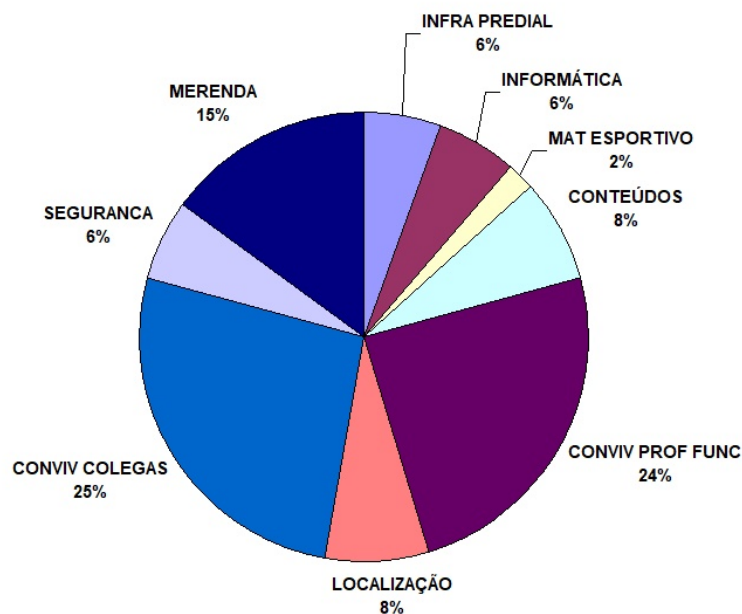


Gráfico 2 – Distribuição percentual por quesito das avaliações máximas na pesquisa com alunos.

Então, os quase 23% de reprovações da escola (gráfico 1), na avaliação por parte dos alunos, estão concentradas nos quesitos informática (TICs), material esportivo (infraestrutura para a prática) e a localização (geográfica e acessibilidade), sendo este último, o pior avaliado, conforme a demonstração no gráfico 3.

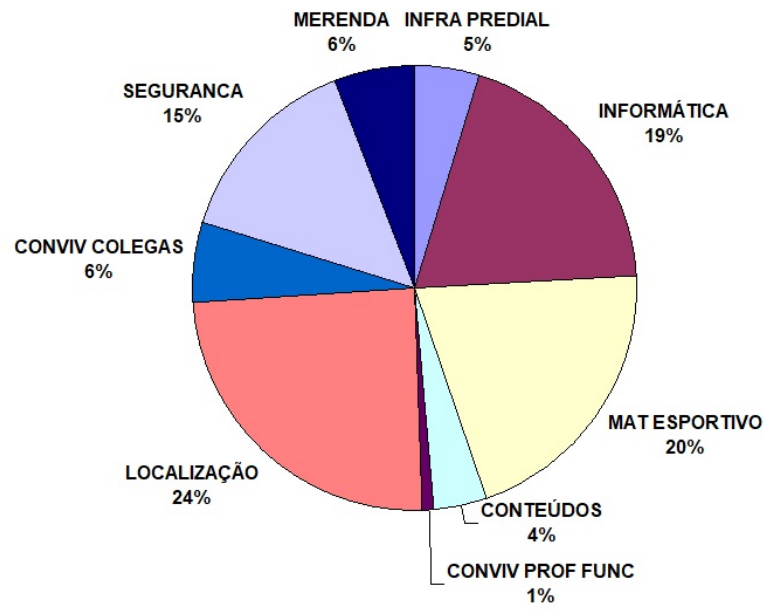


Gráfico 3 – Distribuição percentual das reprovações por quesito avaliado pelos alunos.

6 RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM OS DOCENTES

A opção pela entrevista se deu a fim de que se torne possível detectar faces subjetivas de efeitos causais do problema estudado, bem como, perspectivas não abordadas até então. Estas subjetividades são expressas na percepção que os pesquisados possuíam em relação ao tema e a escola, bem como, na riqueza dos seus relatos, pois estas pessoas estão inseridas no meio social pesquisado. Lamentavelmente, não foram encontrados ex-alunos ou pessoas da comunidade escolar, que estavam presentes na escola à época do episódio da mudança das instalações, tão pouco estavam dispostos a colaborar com o nosso trabalho. Mesmo entre os docentes, aqueles citados como mais antigos/tempo de serviço na escola, nos informaram que estão a um tempo considerável na instituição, porém não na época das mudanças. Um docente, identificado como “Entrevistado 5”, se encontrava na escola na referida época, mas não nos forneceu informações justificando indisponibilidade de tempo para responder a entrevista, seguindo a estrutura do Apêndice III.

6.1 Percepção sobre o sentimento da comunidade em relação à escola

Após as perguntas de identificação quanto à localização espaço-tempo do entrevistado, bem como o meio de transporte utilizado para chegar até a escola, questionamos qual a percepção deles no que se refere ao sentimento da comunidade escolar em relação à escola.

Primeiramente, os relatos fazem referência ao fato que os pais e professores reclamam muito de questões estruturais do prédio atual e da manutenção. Especificamente problemas com a rede de esgoto e escoamento pluvial ineficiente, pois seguidamente, o esgoto entope e na ocorrência de chuvas, o conseqüente alagamento da escola. Os Entrevistados 1 e 2, mais informados a respeito, revelam que a escola gasta um montante considerável para desentupir os mesmos, mas que o problema tem origem na construção, porque de acordo com as suas observações, os canos não têm o correto diâmetro para oferecer a vazão necessária. Ainda no aspecto estrutural, o Entrevistado 2 chama a atenção para a inexistência de rampas para acesso de alunos com dificuldades de locomoção, contrariando a própria Lei Federal nº1098/2000.

mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Art. 2º Para fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições:

I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público, ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000)

Nos causa espanto e indignação, tendo em vista que essa Lei está vigente há praticamente uma década, e a construção da referida escola não tenha seguido a legislação, deixando o próprio Estado de cumprir aquilo que lhe cabe por obrigação, bem como dos cidadãos.

Conforme as entrevistas, os pais e alunos tem realizado ponderações quanto à existência da grande área territorial disponível na escola e a inexistência de um ginásio, ou até mesmo de uma quadra de esportes adequada, pois não existe sequer uma área de sombra para realização de atividades externas aos prédios. Esses quesitos mencionados, são tratados na pesquisa com os alunos, sendo que em referência a essa, lembramos que a infraestrutura foi aprovada, no entanto, o espaço destinado às aulas de Educação Física foi um dos quesitos com o maior percentual de reprovação.

Outros aspectos negativos que surgem nas entrevistas 2 e 4, foi o não funcionamento da biblioteca e, em conformidade com a pesquisa feita com os alunos, à inoperância da sala de informática em conjunto com a indisponibilidade de acesso internet. Também percepções negativas quanto à ausência de atividades extraclasse para os alunos.

Por fim, o ponto de maior reclamação dos pais, mencionado pelos professores, é à distância da escola até o ponto de ônibus. Conforme relato na entrevista 2, muitos pais buscam os filhos na escola após a sua jornada de trabalho, estando, a unidade escolar no caminho entre o local de trabalho e a sua casa. Porém, em razão da distância a ser percorrida, muitos acabam por transferir seus filhos para escolas mais próximas do transporte coletivo urbano ofertado.

Positivamente, a escola se destaca no cumprimento das normas de convivência, como por exemplo, a pontualidade. Também nos chamou a atenção, o fato de todos tem relatado a boa relação da comunidade com a escola, sendo que diversas vezes têm cobrado questões como organização de cronogramas de atividades. Nas entrevistas, relatam o

comprometimento dos professores com a educação e notabilizam a segurança da unidade de ensino, atribuindo a presença constante de guardas nas dependências da escola, após o episódio do incêndio mencionado anteriormente.

6. 2 A redução do número de alunos e o futuro da escola

Os entrevistados foram instigados a refletir sobre a redução gradual do número de alunos e quais as razões atribuídas a esta constatação. Na sequência, expõem a sua visão a respeito do futuro da escola em estudo. Lembrando que as entrevistas refletem o ponto de vista do entrevistado, ou seja, a percepção deles diante desta comprovação.

Todos entrevistados citam como causa central para o fato da redução do número de matrículas a atual localização da escola, associada à ausência de transporte coletivo a porta, estando em conformidade com os relatos iniciais que nos conduzem a este trabalho. Porém, ao desenvolver a entrevista, suas reflexões foram mais amplas e fazem surgir também alguns pontos que foram indicados por intermédio do questionário e das entrevistas.

Um destes pontos foi o que podemos chamar de “efeito dominó” nos matriculados. Pois diante do impedimento de realizar matrículas na primeira série do ensino fundamental, imposta pelo Governo do Estado a algumas escolas no corrente ano, inclusive para a EEEF Onofre Pires, muitos alunos que cursavam as aulas em 2017, tiveram de solicitar a sua transferência em 2018. Uma prática comum nas comunidades é a dos irmãos mais velhos conduzem os mais novos para a escola onde também estudam. Dessa forma, os mais novos, ao serem impossibilitados de se matricularem, forçam a transferência dos mais velhos para as escolas que os pequenos conseguiram vaga. Logo, este impedimento prejudica amplamente a EEEF Onofre Pires.

Os entrevistados acrescentam, no que diz respeito à dificuldade de acesso, a possibilidade de os alunos serem vítimas de algum tipo de violência, pois como podemos observar na Imagem 2 - Localização da escola e da empresa – contida nos capítulos iniciais deste trabalho, há uma vasta área de vegetação inabitada entre a CEITEC e a escola. Felizmente, até o momento da realização das entrevistas, não há relato referente a algum caso de violência.

Em relação ao futuro que eles visualizam para a escola, os entrevistados afirmam em suas respostas acreditar numa perspectiva positiva. Ou com um dizer convicto e direto, como disse o Entrevistado 3 (outubro de 2018): “Claro que sim”. Ou com uma resposta seguida de uma reflexão sobre a afirmação, como verbaliza o Entrevistado 1 (outubro de 2018): “Sim acredito. Eu acho que com o trabalho dos professores, pais, alunos e funcionários a escola tem uma chance bem grande de dar um salto e melhorar. Mas tem que ter um trabalho de união, bem planejado e trazer os pais para a escola, porque ainda falta bastante isto. Juntando isto, temos uma chance de um futuro melhor. Porém, sem este trabalho, nada vai acontecer.”

Vimos que, acreditar na educação foi algo comum aos entrevistados, porém alguns entendem existir o condicionante da participação da comunidade junto à escola como afirma o Entrevistado 1 e também o Entrevistado 2.

6.3 Ações e mobilizações

Mediante os relatos diversos sobre problemas vivenciados pela EEEF Onofre Pires, questionamos os entrevistados a respeito de ações e mobilizações da comunidade escolar, que tem sido realizada ou que tomaram conhecimento, bem como suas opiniões a respeito de possíveis encaminhamentos e alternativas para o enfrentamento das pendências existentes, ou seja, um algo a mais que pode ter ou ter sido feito.

Muitas entrevistas demonstram que medidas administrativas cotidianas como o desentupimento do esgoto são tomadas. Consequentemente, entre o fato e a solução, ocorre um ou dois dias sem aula. São situações repetitivas que interferem no desenvolvimento do calendário letivo e do currículo escolar.

Referente ao não aproveitamento do amplo terreno escolar, os entrevistados relatam que a informação disseminada é de que, o mesmo não era próprio para desenvolver atividades como a de um projeto de agricultura familiar. Já no caso da internet, a resposta das empresas operadoras é que a rede disponível para a escola é de uma tecnologia ultrapassada, a qual não permite acesso em banda larga com velocidade de qualidade. Não há uma especificação quanto à origem destas informações, apenas que as mesmas têm sido difundidas.

Destacamos nesta análise, que não há relato referente às mobilizações que digam respeito à localização e acessibilidade da escola. Efetivamente, tivemos relatos sobre pedidos encaminhados a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS, para melhoria de sinalização da via e disponibilização de transporte público a porta da escola, mas nada que possa ser considerado enfático.

Dentre as medidas que podem ser tomadas, de acordo com a visão de cada um dos entrevistados, surgem colocações pontuais e não menos importantes, como por exemplo, a resposta do Entrevistado 1, que faz referência à instalação de uma placa junto a principal via (Estrada João de Oliveira Remião), sinalizando que no Beco do David existe uma escola pública. Pois se os novos moradores do bairro Lomba do Pinheiro não tomam conhecimento de que ali existe uma escola, não tem como solicitar matrícula na mesma. Reiteramos que a escola teve seu endereço alterado há mais de 8 anos, ou seja, tempo maior que a idade mínima necessária para ingresso no primeiro ano do fundamental.

Os entrevistados são unânimes em suas respostas, ao afirmar a necessidade de participação da comunidade na gestão da escola, através dos canais conhecidos como o Conselho Escolar e da criação e/ou manutenção das associações e agremiações. Informam que o Conselho Escolar está limitado a questões burocráticas tão somente, como o trabalho de prestação de contas. Todos entrevistados sugerem a realização, ou ampliação, do número de reuniões docentes e com a comunidade escolar, fortalecendo o coletivo para reivindicar as demandas da escola junto ao Poder Público. Estas falas, às vezes, surgem em meio a outras respostas, quando o entrevistado se recorda que havia esquecido de falar algo na resposta anterior.

7 A GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA ESCOLA

Diversos autores diferenciam a Gestão Escolar da Gestão Educacional. Segundo estes, a Gestão Escolar deve estar focada no âmbito interno da escola, isto porque, uma unidade de ensino possui inúmeras atividades e tarefas que a diferenciam de uma empresa tradicional voltada à produção.

[...] A gestão da educação tem um caráter específico que engloba a articulação de diferentes interesses, a administração de conflitos, o respeito a diversidade e o exercício democrático, sem negar a importância do uso de técnicas administrativas. A diferença entre a gestão escolar e a administração clássica reside no fato de que, sendo a escola responsável pela formação de pessoas, os mecanismos utilizados pela gestão são eles mesmos, elementos educativos, ou seja, relações democráticas (ou não) entre os gestores escolares, professores, funcionários, pais e alunos, enfim, toda a comunidade escolar, poderão determinar um comportamento mais autônomo e democrático ou mais dependente e autoritário nos jovens. Na gestão da educação o processo é mais importante que o produto, já que nosso “produto” (aluno) é eternamente inacabado, pois inacabada e eterna é a nossa formação como seres humanos. (SCOTUZZI, 2008, p. 33).

Assim sendo, entendemos que o gerenciamento escolar precisa estar voltado a democratização do mesmo, pois ele tem a capacidade de poder estender a democracia para além do âmbito da escola. Esta articulação com a comunidade e autonomia escolar, é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases - LDB - Lei 9394/96 nos seus artigos 14 e 15 que seguem:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Decorridas décadas da aprovação da CF/88 e da LDB/96, nossa sociedade ainda traz enraizada, características dos princípios (neo)liberais e da centralização dos governos militares. Exerce, dessa forma, uma democracia de representação, em que os seus cidadãos delegam as suas decisões, ao invés de participar do processo de tomada dos mesmos, desfavorecendo assim, o aprendizado da cultura democrática e cidadã, refletindo numa aparente apatia e conformismo.

A similaridade do que ocorre a nível nacional, também ficou explícito nas entrevistas, nos relatos que a comunidade se dirigia a unidade escolar para reclamar seus direitos, apoiando uma cobrança mais rígida das normas, como citou o Entrevistado 3 (outubro de 2018): “Geralmente gostam (os pais) da questão do horário, que é extremamente cobrado pela direção, tanto com os alunos, quanto dos professores. Ou seja, atrasos não são muito tolerados, o que alguns pais gostam”. Porém, não comparecem às diversas reuniões agendadas, como foi citado nas entrevistas 1 e 2.

O sucesso deste modelo de gestão passa pelos processos operacionais, por assim dizer, de execução dos mecanismos que necessariamente o reforçam como o Conselho Escolar e as associações adjuntas a escola. Talvez, essas ações podem ter evitado uma possível centralização de tarefas e solicitações na direção da escola.

Um ciclo de participações, demandas e conquistas, tem elo promissor, se existisse uma maior conexão entre a escola e a comunidade, conforme nos expõe Paro (2006, p. 27), em referência a baixa participação da comunidade junto à escola.

A crítica desses membros da comunidade à atuação da escola pode sintetizar-se na seguinte pergunta: “Se a escola não participa da comunidade, por que irá a comunidade participar da escola?” Isto deveria alertar-nos para a necessidade de a escola se aproximar da comunidade, procurando auscultar seus reais problemas e interesses. A falta dessa aproximação, dessa postura de ouvir o outro, parece explicar em grande parte o fracasso de iniciativas paternalistas de gestão colegiada e de participação que, por mais bem-intencionadas que sejam, procuram agir ‘em nome da comunidade’, sem antes ouvir as pessoas e os grupos pretensamente favorecidos com o processo e sem dar-lhes acesso ao questionamento da própria forma de ‘participação’.

O fato da demanda de pavimentação da rua que dá acesso a escola ter constado apenas no Plano de Investimento do Orçamento Participativo da capital de 2018/2019, via Associação Comunitária do bairro, condiz com estas colocações, uma vez que era de

conhecimento inicial, a necessidade de mudança de local da escola desde o princípio das obras da CEITEC. Um maior engajamento e trabalho conjunto da comunidade escolar poderia ter antecipado a conquista dessa demanda.

O caráter participativo da comunidade escolar como imperativo para a obtenção de êxito nas demandas da instituição, evidenciado nas entrevistas, é destacado por Paro (2006, p. 17) como uma das principais necessidades da escola pública.

[...] Há, pois, a necessidade permanente de se exercer pressão sobre o Estado, para que ele se disponha a cumprir esse dever. É nesse contexto que ganha maior importância a participação da comunidade na escola, no sentido, anteriormente mencionado, de partilha do poder por parte daqueles que se supõe serem os mais diretamente interessados na qualidade de ensino.

Através dos relatos, fica evidente que os entrevistados 1, 2, 3 e 4 apostam neste caminho, pois verbalizam em suas entrevistas, várias vezes, a necessidade da realização de reuniões as quais são inicialmente com os docentes e, gradativamente, avançando na direção da participação comunitária. Logo, estão buscando a descentralização do poder e a construção de um Conselho Escolar mais atuante, ao contrário do que estava ocorrendo.

Esse grupo, conforme nos foi relatado, se reúne pouquíssimas vezes, acabando por não elaborar e tomar medidas e decisões democráticas que possam agregar o envolvimento de mais participantes e, conseqüentemente, ganhar “força” de atuação. Porém, não estamos afirmando que a direção não tenha convocado a comunidade escolar para tais eventos, mas, diante da mínima participação em determinados momentos e pela necessidade de resolver problemas cotidianos, talvez secunda essa prática, resultando numa possível inoperância ou na falta de mobilizações em prol das demandas da escola.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa a redução do número de alunos em uma escola estadual da zona leste de Porto Alegre – RS, em razão da necessidade de identificar os motivos que tem ocasionado tal situação. Esta redução do número de matriculados, está conduzindo a unidade escolar a um possível encerramento de suas atividades, acarretando assim, prejuízos a sociedade e ao erário público.

Necessitamos desta forma, identificar e compreender as formas de atuação da gestão escolar frente a esta redução, bem como, analisar a participação da comunidade junto à gestão da escola.

Inicialmente, partimos da hipótese que a causa para esta redução, ao passo que nas demais escolas regionais se manteve ou até mesmo tenha aumentado, reside na troca de endereço da escola, devido à construção de uma empresa pública no local onde esta se encontra, associada à ausência de transporte público a sua porta.

A partir da análise dos dados do IBGE e projeção do PITMUrb (2008), identificamos que existem prognósticos de aumento populacional para esta região, os quais justificam a manutenção desta unidade de ensino.

Os dados oriundos da aplicação do questionário aos alunos, nos permitem constatar que, a maioria dos alunos reside a uma distância da escola a qual se recomenda o uso de transporte para chegar até a instituição. Identificamos que, aproximadamente, 42% dos alunos matriculados, utilizam o transporte coletivo urbano como meio de locomoção, nos permitindo dimensionar a importância deste quesito para a manutenção dos alunos na unidade de ensino.

Na avaliação dos diversos aspectos cotidianos da escola, os alunos nos fornecem um panorama dos problemas e das qualidades presentes na instituição, auxiliando na mensuração da possível interferência desses aspectos na vida de cada um. A infraestrutura predial da escola, o currículo escolar, a convivência com professores, funcionários e até mesmo com os próprios colegas, juntamente com as questões de segurança e da alimentação escolar, foram amplamente aprovadas pelos alunos. Ao passo que o uso de computadores e demais tecnologias da informação, infraestrutura para as aulas Educação Física e prática esportiva, localização e o acesso à escola, agrupam o maior número de reprovações.

Enfatizamos o acesso e a localização, porque esses têm o maior quantitativo de reprovações, corroborando com a hipótese inicial de que a troca de endereço da escola, sem a disponibilização de transporte, se mostra como o principal motivo para diminuição do número de alunos na escola. Também em relação aos fatores listados entre os líderes em reprovação por parte dos alunos, surgem pedidos como a construção de um ginásio ou quadras poliesportivas, com cobertura para o sol e a chuva, além da possibilidade de acessarem a rede mundial de computadores a partir da escola.

As entrevistas realizadas, demonstram que a maneira como a gestão escolar atua frente a esta redução foi pouco eficiente, tendo em vista as situações de desatendimento encontradas por parte do Estado em relação à unidade de ensino, em que a própria lei está favorecendo a escola nas suas demandas, como os casos da indisponibilidade do transporte público requerido, bem como da inexistência de rampas que possibilitam o acesso universal ao prédio. As negociações se esgotaram com os canais diretos, como foi executado pela escola, em razão destas demandas constituírem direitos previstos em lei, há a possibilidade de recorrer, por exemplo, ao Ministério Público⁷, a fim de que este faça o uso das suas atribuições, como a de “zelar pela correta aplicação das leis e pela garantia do Estado Democrático de Direito”.

As entrevistas também revelam a percepção do corpo docente sobre o importante papel da participação da comunidade junto à gestão da escola, que no referido caso, foi muito pequeno. A ausência deste fundamental componente no Conselho Escolar e na Gestão Escolar como um todo, torna frágil o empoderamento comunitário para vencer esses percalços através das demandas encaminhadas. Demonstra que, a pouca participação dos pais e das demais pessoas ligadas à escola, podem manifestar à baixa conexão entre os objetivos da escola e os anseios dos seus integrantes.

Então, se a mudança de endereço da escola traz consigo a transferência dos seus alunos para outras unidades de ensino, as dificuldades não superadas pelas gestões em trazer a comunidade escolar para atuar junto, operacionalizando uma gestão democrática e participativa, ampliar os problemas que ainda demandam soluções advindas do Estado para a continuidade das atividades desenvolvidas pela escola, como as reformas e ampliações estruturais, a modernização e o acesso à informática, a construção de quadras poliesportivas, a pavimentação da via de acesso à escola e a disponibilização de transporte público a sua porta.

⁷ <<https://www.mprs.mp.br/instituicao/quem-somos/>>. Acesso em 01/11/2018.

Reforçamos, portanto, a nossa análise de que a capacidade administrativa por si só, sem a democratização da gestão e a participação comunitária, tende ao insucesso.

9 BIBLIOGRAFIA

- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, cap. 2, p. 22-42, 2004. Disponível em <<https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/>>. Acesso em 07/05/2018.
- BEZERRA, José Arimatea Barros. **Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar**. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, p. 103, 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a09>>. Acesso em 28/10/2018.
- BRASIL. Decreto-Lei No 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Brasília – DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm>. Acesso em 01/11/2018.
- BRASIL. Decreto-Lei No 10.709, de 31 de julho de 2003, Brasília – DF. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.709.htm>. Acesso em 01/10/2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018**. Brasília, DF, INEP, 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/publicacoes>>. Acesso em: 23/10/2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Regulação do Transporte Escolar Rural**. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/131-transporte-escolar?download=4117:cartilha-gestor-planejamento>>. Acesso em: 27/10/2018.
- CAVALCANTE, Daniel Góes. **O impacto da infraestrutura escolar no rendimento dos alunos**. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/16608>>. Acesso em 01/09/2018.
- COMISSÃO ESPECIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, Parecer nº 56/2006. Disponível em <<http://www.ceed.rs.gov.br/conteudo/10127/parecer-no-0056-2006>>. Acesso em 24/10/2018.
- CUNHA, Susana Rangel Vieira da. **Entre Van Goghs, Monets e Mônicas: a infância educada através de imagens**. Ciências e Letras, n. 43, p. 107-123, 2008.
- DRABACH, Neila Pedrotti; MOUSQUER, Maria Elizabete Londero. **Dos primeiros escritos sobre administração escolar no Brasil aos escritos sobre Gestão Escolar: mudanças e continuidades**. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 2, p. 258-285, 2009. Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/drabach-mousquer.pdf>>. Acesso em 23/11/2018.
- DE PAULA, Joyce Mary Adam et al. **A violência na escola: abordagens teóricas e propostas de prevenção**. Educar em Revista, v. 2, p. 217-232, 2010. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/13657>>. Acesso em 29/10/2018.

DUBET, François. **A escola e a exclusão**. Cadernos de pesquisa, n. 119, p. 29-45, 2003. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/n119/n119a02.pdf>>. Acesso em 28/10/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. Editora Atlas, 4ª ed, São Paulo – SP, 2002.

GUEDES, Dartagnan Pinto. **Educação para a saúde mediante programas de educação física escolar**. Motriz, v. 5, n. 1, p. 10-14, 1999. Disponível em <<http://www.ceap.br/material/MAT06102009215702.pdf>>. Acesso em 21/10/2018.

INEP. **Relatório SAEB (ANEB e ANRESC) 2005-2015: panorama da década**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/publicacoes>>. Acesso em: 23/10/2018.

MANZINI, Eduardo José. **Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação**. Revista Percurso, v. 4, n. 2, p. 149-171, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114753>>. Acesso em 22/10/2018.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. **A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias**. Estudos e pesquisas em Psicologia, v. 4, n. 1, p. 63-77, 2004. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812004000100006&script=sci_abstract&lng=en>. Acesso 02/11/2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL & Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará. **Transporte Escolar: via legal para uma educação de qualidade**. Fortaleza – CE, Grafimagem, 2006. Disponível em: <<http://www.prce.mpf.mp.br/conteudo/publicacoes/cartilhas/>>. Acesso em: 01/03/ 2018.

NERI, Marcelo Cortez (Coord). **Motivos da Evasão Escolar**. Rio de Janeiro, RJ, Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>. Acesso em: 20/10/2018.

NUNES, A. I. B. L.; SILVEIRA, Rosemary do Nascimento. **Psicologia da aprendizagem**. Editora EdUECE, Fortaleza - CE, 3ª edição, 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/computacaoead/index.php/downloads/doc_download/2178-psicologia-da-aprendizagem>. Acesso em 25/10/2018.

OLIVEIRA, Cláudio de. TIC'S NA EDUCAÇÃO: A UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA APRENDIZAGEM DO ALUNO. **Pedagogia em Ação**, [S.l.], v. 7, n. 1, 2015. ISSN 2175-7003. Disponível em: <<http://200.229.32.55/index.php/pedagogiacao/article/view/11019>>. Acesso em: 29/10/2018.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. Série Educação em Ação, 3ª edição, São Paulo – SP, 2006, p. 13 – 27.

PLANO DE INVESTIMENTOS E SERVIÇOS – 2018/2019. Orçamento Participativo 2018/2019. Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS, Secretaria Municipal de Coordenação e Governança Local, Porto Alegre – RS, julho de 2018. Disponível em <<http://lproweb>>.

procempa.com.br/pmpa/prefpoa/op/usu_doc/livreto_op_plano_de_investimentos.pdf>. Acesso em 25/10/2018.

PLANO INTEGRADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA (PITMUrb) – 2008. **Estudo de Planejamento Estratégico de Integração do Transporte Público Coletivo da RMPA**. METROPLAN, Porto Alegre – RS, 2008. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/usu_doc/kaspertrensurb.pdf>. Acesso em 07/05/2018.

Prefeitura Municipal de Porto Alegre-RS (PMPA). **Lei Complementar Nº 12**, 1975. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smov/usu_doc/lc12-1975.pdf>. Acesso em 15/10/2018.

REVISTA TRANSPORTE EM NÚMEROS. Indicadores Anuais de Mobilidade Urbana, Nº 06/2016, Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS, EPTC, 2016. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/eptc/default.php?p_secao=152>. Acesso em 01/05/2018.

RIBEIRO, Marinalva Lopes. **A afetividade na relação educativa**. Estudos de psicologia, v. 27, n. 3, p. 403-412, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3953/395335744012.pdf>>. Acesso em 30/10/2018.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 130p. 2009.

SALLES, Helena da Motta. **Gestão democrática e participativa**. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 110p. 2010.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Penso, 2013.

SCOTUZZI, Claudia Aparecida Sorgon et al. **Gestão democrática nas escolas e progestão: que relação é está?** UNESP, Rio Claro – SP, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/90065>>. Acesso em 01/11/2018.

ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I

Delinquência Juvenil 12/08/2014 | 07h53

Polícia capturou os três menores que vandalizaram e furtaram a escola Onofre Pires em Porto Alegre

O trio confessou ter cometido também outras duas invasões ao local desde 26 de julho.



Foto: Mauro Vieira / Agência RBS

Cristiane Bazilio
cristiane.bazilio@diariogaucha.com.br

Acabou a farra para a gurizada que vinha tocando o terror em uma escola da Lomba do Pinheiro, Zona Leste da Capital. No final da tarde de ontem, três meninos, de 14, 15 e 16 anos, foram apreendidos depois de praticarem o terceiro ataque em 16 dias à Escola Estadual de Ensino Fundamental Onofre Pires. Foram dois arrombamentos, um incêndio, além de furto em dinheiro e de alimentos

Na delegacia, o clima entre os piás era mesmo de farra. Risadas, piadinhas e um empurra-empurra a cerca das responsabilidades davam a impressão de que os guris franzinos pouco se importavam com a gravidade do que fizeram. Os três assumiram a autoria dos ataques e denunciaram dois comparsas, ainda não localizados, que teriam participado das ações.

- Nenhum deles era aluno da escola nem tinha antecedentes criminais. Não souberam dizer por que fizeram aquilo, simplesmente atacaram. O objetivo era vandalizar - contou o titular da 21ª DP, delegado Marcos Machado.

Bagunça geral para todo canto

Quando o dia amanheceu ontem no bairro, a sensação era de desespero para alunos e corpo docente da Onofre Pires, que se depararam com a instituição de ensino destruída novamente. Na noite de domingo, o prédio teve as paredes pichadas e a estrutura danificada. A porta da sala da direção foi arrancada, móveis foram colocados abaixo e havia pó de extintores nos corredores, além de restos de comida e de suco (destinados à merenda das crianças) espalhados por toda a parte.

A sala dos professores recebeu a pichação "aqui nós mata rindo, bonde do MR". Os dizeres assustaram funcionários, mas, segundo a polícia, não são ameaças.

- Não existe bonde algum nem gangue. Isso é um trecho da letra de uma música, um funk, segundo eles, que picharam para aparecer - informou o delegado. [...]

Sem data para retomar as aulas

Nas duas ocasiões, as aulas foram suspensas e retomadas dias depois. Após o ataque de ontem, a direção não tem previsão de volta para os 463 alunos.

- Precisamos de segurança ao redor, na sala, no portão, nas janelas. Precisamos de porteiro, de câmeras, de alarme, de tudo! Agora, deu. Acabou. Não tenho como exigir que funcionários trabalhem e que os alunos venham à escola nessas condições - afirmou a diretora, Lucy Piccolatto de Carli.

Histórico da violência

* **26/7** - O bando quebrou janelas para entrar e tocou fogo na biblioteca que, assim como outras três salas de aula, ficou destruída. As chamas danificaram ainda computadores, câmeras de vigilância e toda a rede elétrica. Grades tiveram de ser serradas para iniciar a contenção do fogo.

* **7/8** - Foi pelas grades e vidros não consertados que os piás entraram novamente. Levaram dinheiro arrecadado na festa junina da escola (valor não divulgado) e danificaram outras instalações.

* **10/8** - No terceiro ataque, foi uma bagunça geral. Comeram parte da comida das crianças, quebraram tudo que viram e deixaram muita sujeira por todos os lados.

Secretaria promete mais segurança

Em nota, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc) afirma que realizou todos os encaminhamentos junto à Secretaria de Obras Públicas para a realização de obras emergenciais na escola, tendo como prioridade o reestabelecimento da energia elétrica, que deve ocorrer nesta semana. Ainda conforme a Seduc, a escola já foi orientada sobre os procedimentos necessários para a contratação de vigilante 24 horas e instalação de alarmes. A Brigada Militar se comprometeu a intensificar o policiamento nas imediações.

Fonte: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2014/08/policia-capturou-os-tres-menores-que-vandalizaram-e-furtaram-a-escola-onofre-pires-em-porto-alegre-4573220.html>

Apêndice I



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM.
CENTRO DE EDUCAÇÃO.
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA.
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL.
PESQUISA DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR
EEEF ONOFRE PIRES.
PESQUISADOR: ANDRÉ PORTO JAQUES.
PROFA DRA DANIELE RORATO SANGRILLO.**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.

**Telefone para contato: (51)984299334 André.
(55)991050304 Profa Dra Daniele.**

Prezado(a) Diretor(a):

Sua escola está sendo convidado(a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. O pesquisador deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Analisar as mudanças ocorridas na escola e na comunidade em que está inserida, e identificar o motivo da redução do número de alunos.

Fornecer subsídios para que a direção, juntamente com a comunidade escolar e o poder público, possa propor ações que venham a reverter este quadro.

Procedimentos:

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados em qualquer formato.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Porto Alegre – RS _____, de Outubro de 2018.

Sr(a) Diretor(a)

Professor Autor da Pesquisa

Apêndice II



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL
PESQUISA DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR
EEEF ONOFRE PIRES
PESQUISADOR: ANDRÉ PORTO JAQUES
PROFA DRA DANIELE RORATO SANGRILLO

- a) Qual é a sua idade? _____
- b) Em qual turma - ano escolar você estuda? __
- c) Em qual bairro você mora (Rua, Parada)? _____.
- d) Como você vai para a escola, na maioria das vezes?
- Caminhando
 - De ônibus. Qual a Linha? _____
 - Carro ou moto da família.
 - Veículo Fretado (Van, carro...)
 - Bicicleta
- e) Por que você estuda nesta escola? Você pode marcar mais de um motivo nos parênteses abaixo, escrevendo conceitos para demonstrar seu interesse pela escola.
- EX** – Excelente, isto é o maior motivo de estar estudando aqui.
 - MB** – Muito Bom.
 - B** – Bom.
 - R** – Ruim.
 - P** – Péssimo, pois já pensei em mudar de escola por este motivo.
- Infraestrutura predial (Condições, tamanho, qualidade...).
 - Informática e multimídia (Computadores, TV, DVD).
 - Material esportivo.
 - Conteúdos das disciplinas/matérias.
 - Convivência com funcionários e professores.
 - Localização e acesso a escola.
 - Convivência com os colegas.
 - Segurança dentro e no entorno da escola.
 - Merenda.
 - Outro(s). Qual(is)? _____

Apêndice III



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSC
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL
PESQUISA DE ACESSIBILIDADE ESCOLAR
EEEF ONOFRE PIRES
PESQUISADOR: ANDRÉ PORTO JAQUES
PROFA DRA DANIELE RORATO SANGRILLO

- a) Em qual bairro você mora (Rua, Parada)? _____
- b) Como você vai (ou ia) para a escola, na maioria das vezes?
 Caminhando
 De ônibus. Qual a Linha? _____
 Carro ou moto da família.
 Veículo Fretado (Van, carro...)
 Bicicleta
- c) Você estava na escola na época da mudança das instalações? (se não, pule para F).
- d) Pode me descrever o sentimento da comunidade escolar em relação a esta mudança na época?
- e) Chegaram a tomar alguma medida diante disto? Houve alguma mobilização?
- f) Me fale sobre o sentimento da comunidade (professores, pais, funcionários e alunos) em relação a escola atualmente? O que mais elogiam e o que mais criticam?
- g) Tem conhecimento de alguma ação ou mobilização por parte da gestão escolar em relação aos pontos criticados?
- h) Considerando as limitações existentes, o que você acredita mais que poderia ser feito?
- i) A escola tem reduzido o número de alunos ano após ano, desde as mudanças. Na sua opinião, quais os fatores que contribuíram para isto?
- j) Você acredita no futuro desta escola?
- k) Tem algo que não foi perguntado que você gostaria de colocar? Fique a vontade.